

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

P.M.	PVA	DO	LES	ΤE
	C	PΙ		

Fls. nº_____

Visto _____

Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 146/2018 Processo nº 1791/2018

(Regido pela Lei nº 10.520/2002, Decreto 5.450/05 e subsidiariamente, pelas Leis nº 8.666/93, Nº 9.784/99, LC 123/06 e suas alterações e demais legislação complementar).

iação complemen	tai).	
Tipo:	"MENOR PREÇO POR ITEM"	
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE CONSERVAÇÃO DA ÁREA VERDE, VARRIÇÃO, RASPAGEM, LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E PINTURA DE MEIOS FIOS E SARJETAS, CAPINAÇÃO QUÍMICA E MANUAL, RECOLHIMENTO DE GALHOS E ENTULHOS, OPERACIONALIZAÇÃO DO DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS DA LIMPEZA URBANA EM TODA A EXTENSÃO DO PERÍMETRO URBANO, SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDAS.	
S	ESSÃO PÚBLICA PARA DISPUTA DE LANCES	
Dia:	27 de dezembro de 2018	
Hora:	09:30 horas (Horário de Brasília – DF)	
Site:	www.bllcompras.org.br	
Local:	Rua Maringá, 444 – Centro – Primavera do Leste – MT (Sala de Licitações).	
LOCAL, DIA	AS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL	
Dias:	Segunda a Sexta-feira (em dias de expediente)	
Horários:	Das 12:00 h às 18:00 h – Horário do Mato Grosso.	
LOCAL:	Rua Maringá, 444 – Centro – Primavera do Leste – MT (Sala do Setor de Licitações)	
	DETIDADA DE EDITAIS DEL A INTERNET	

RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET

Retire o Edital acessando a página http://www.primaveradoleste.mt.gov.br, local "CIDADÃO – Editais e Licitações".

Quando da retirada do edital, enviar recibo à Prefeitura de Primavera do Leste via e-mail: <u>licita3@pva.mt.gov.br</u>, conforme modelo do <u>Anexo VIII</u> deste Edital, para eventuais informações aos interessados, quando necessário.

RIMAVERA DO



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

P.M.	PVA DC	LESTE				
C.P.L						

Fls. nº_____

Visto _____

AVISO IMPORTANTE

Conforme Acórdão TCU nº 754/2015 – Plenário, a Administração Pública está obrigada a autuar processo administrativo para apuração de falta e aplicação de sanções contra todas as empresas que pratiquem os atos tipificados no art. 7º. Da Lei 10.520/2002.

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4o desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Recomendamos que os interes<mark>sados em part</mark>icipar do certame leiam atentamente todas as exigências habilitatórias contidas no Edital e seus anexos, <u>verificando se dispõe</u> dos documentos exigidos.

E, ainda, que sejam observadas todas as características do objeto licitado para, assim, evitar propostas com valores inexequíveis, pois não será aceito pedido de desistência após o início da sessão do pregão.



3.05 PRIMAVERA DO LESTE



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

	C.P.L
Fls. nº_	

Visto

P.M. PVA DO LESTE

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 146/2018

O Município de Primavera do Leste, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente, através do PREGOEIRO (a) designado (a) pela Portaria nº 467/18 de 20/08/2018, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei n.º 10.520/2002, do Decreto n.º 5.450/2005, da Lei Complementar n.º 123/2006 e, subsidiariamente, da Lei n.º 8.666/1993 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico mediante as condições estabelecidas neste Edital.

O PREGÃO ELETRÔNICO será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante do quadro da Secretaria Municipal de Administração, denominado (a) Pregoeiro (a) e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados *ou transferidos para o aplicativo*, constante da página eletrônica da Bolsa Licitações e Leilões — www.bllcompras.org.br.

O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico; www.bllcompras.org.br e www.primaveradoleste.mt.gov.br ícone "Publicações – Editais e Licitações".

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Recebimento das propostas: A partir da publicação;

Data de Início para o recebimento das propostas: 12 de dezembro de 2018

Data e horário de início da sessão: 27/12/2018, às 09h30min, (horário de Brasília).

Data e horário de início da disputa: 27/12/2018, às 10h00min, (horário de Brasília).

Realização: Por meio do site www.bll.org.br.

SEÇÃO I – DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem como objeto o Registro de preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de conservação da área verde, varrição, raspagem, limpeza, conservação e pintura de meios fios e sarjetas, capinação química e manual, recolhimento de galhos e entulhos, operacionalização do destino final dos resíduos da limpeza urbana em toda a extensão do perímetro urbano, serviço de montagem e desmontagem de tendas.
- **1.2.** A prestação dos serviços compreende além da mão de obra, o fornecimento de todos os insumos e materiais e o emprego dos equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme disposto nos Anexos a este Edital.

SEÇÃO II – DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 2.1. A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$ 5.309.775,00 (cinco milhões trezentos e nove mil e setecentos e setenta e cinco reais), conforme Termo de Referência em anexo.
- **2.2.** As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

C.P.L
Fls. nº
Visto

específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Secretaria Municipal de Infraestrutura:

Órgão	09	Secretaria Municipal de infraestrutura
Und. Orçamentária	09002	Coordenadoria de Serviços Urbanos
Unidade executora	09002	Coordenadoria de Serviços Urbanos
Funcional programática	15.451.0027-2.197	Manut. Coordenadoria de Serviços Urbanos
Ficha	935	A S S S S S S S S S S S S S S S S S S S
Despesa/fonte	3.3.90.30.00-999	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Juridica
Solicitação	176/2018	

Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Indústria Comércio, Agricultura e Meio Ambiente:

Allibicitie.		
Órgão	03	Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Agricultura
Und. Orçamentária	03003	Coordenadoria De Meio Ambiente
Unidade executora	03003	Coordenadoria De Meio Ambiente
Funcional programática	18.541.0011-1.107	Mapeamento, Recuperação e Conservação de Áreas Verdes, APP'S e Nascentes
Ficha	156	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00-999	Outros Serv <mark>iços De Te</mark> rceiros Pessoa Jurídica
Solicitação	35/2018	ALTO STATE OF THE PARTY OF THE

SEÇÃO III – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- **3.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação. Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNI-CO, o licitante deverá manifestar em campo próprio do *Sistema Eletrônico*, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica, constante do **Termo de Referencia** ANEXO I do presente Edital.
- **3.2.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais.
- **3.3.** Poderão participar deste Pregão na forma Eletrônica as empresas do ramo pertinente ao objeto licitado que atenderem a todas as normas legalmente constituídas e que satisfaçam as exigências de apresentação de documentos e anexos fixados neste edital.
- **3.4.** A participação na licitação implica, automaticamente, aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos e Leis aplicáveis.
- **3.5.** As empresas licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o Município de Primavera do Leste/MT não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 3.6. Não poderão participar deste Pregão:
 - **3.6.1.** Empresário suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;
 - **3.6.2.** Empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

	C.P.L
Fls. nº	

Visto

P.M. PVA DO LESTE

promovida sua reabilitação;

- **3.6.3.** Empresário impedido de licitar e contratar com a União e Estado, durante o prazo da sanção aplicada;
- **3.6.4.** Empresário proibido de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8°, V, da Lei nº 9.605/98;
- **3.6.5.** Empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92:
- **3.6.6.** Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;
- **3.6.7.** Entende-se por "participação indireta" a que alude o art. 9° da Lei n° 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- 3.6.8. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- **3.6.9.** Empresário cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste **Pregão**;
- **3.6.10.** Empresário que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;
- **3.6.11.** Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- **3.6.12.** Cooperativa de mão de obra, conforme disposto no art. 5 da Lei n.º 12.690, de 19 de julho de 2012.
- **3.6.13.** Empresas de propriedade de servidor público ou agente político, ou com parentesco até o terceiro grau destes, que for detentor de poder de influência sobre o resultado do certame, considerado todo aquele que participa, direta ou indiretamente, das etapas do processo de licitação, nos termos da Resolução de Consulta nº 05/2016 do TCE-MT;
- **3.6.14.** Não poderão participar do presente certame empresas que estejam incluídas, como inidôneas, em um dos cadastros abaixo:
- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS da Controladoria
 Geral da União http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis
- **b)** Cadastro de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:1
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php
- 3.7. Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos artigos 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, licitante Microempresa ME ou Empresa de Pequeno Porte EPP optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratada, não poderá se beneficiar da con-



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

P.M.	PVA DC) LESTE
	C.P.L	-

Fls. nº_____

Visto _____

dição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, **em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação** em consequência do que dispõem o arts. 17, inciso XII, 30, inciso II e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

- **3.8.** A licitante optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratada, após a assinatura do contrato, no prazo de 90 (noventa) dias, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.
 - **3.8.1.** Caso a **licitante optante pelo Simples Nacional** não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o próprio Município de Primavera do Leste, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.
 - **3.8.2.** A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5°-C, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5°-H, da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

SEÇÃO IV – DA PROPOSTA

- **4.1.** A **licitante** deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados no preâmbulo deste edital, no sítio www.bllcompras.org.br, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas;
- **4.2.** A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **preço unitário de cada item da proposta**, já considerados e inclusos todos os insumos que o compõem, tais como tributos, fretes, tarifas, descontos e demais despesas decorrentes da execução do objeto, sendo aceito apenas valores abaixo ou igual ao estimado, **conforme Anexo II A, cotando-se o salário da 2ª Faixa da CCT MT000303/2018**;
- **4.3.** A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital;
- **4.4.** A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;
- **4.5.** A **licitante** enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei;
- **4.6.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

	C.P.L
Fls. nº_	

Visto

P.M. PVA DO LESTE

porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital;

- **4.7.** As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
 - **4.7.1.** Qualquer elemento que possa identificar a **licitante** importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.
 - **4.7.2.** Até 30 (trinta) minutos antes do horário marcado para abertura da sessão, a **licitante** poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
- **4.8.** As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
- **4.9.** Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as **licitantes** liberadas dos compromissos assumidos.

SEÇÃO V – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- **5.1.**A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo **Pregoeiro**, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio <u>www.bllcompras.org.br</u>.
- **5.2.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o **Pregoeiro** e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- **5.3.** Cabe à **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.4. Informa-se ainda que devido ao caráter sigiloso das licitações, na fase de lances, o Pregoeiro não atenderá ao telefone para responder questões inerentes ao presente Pregão.

SEÇÃO VI – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- **6.1.**O **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- **6.2.** Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

SEÇÃO VII - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- **7.1.** Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.
- **7.2.** A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- **7.3.** Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.
- **7.4.** Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.
- **7.5.**Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

	C.P.L
Fls. n⁰_	
Visto	

P.M. PVA DO LESTE

- **7.6.** Durante a fase de lances, o **Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- **7.7.**Se ocorrer a desconexão do **Pregoeiro** no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- **7.8.** No caso de a desconexão do **Pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do **Pregão** será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa às participantes no sítio www.bllcompras.org.br.
- **7.9.**O encerramento da etapa de lances será decidido pelo **Pregoeiro**, que informará, com antecedência de 1 (um) a 60 (sessenta) minutos, o prazo para início do tempo de iminência.
- **7.10.** Decorrido o prazo fixado pelo **Pregoeiro**, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances.

SEÇÃO VIII - DO BENEFÍCIO ÀS ME/EPP

- **8.1.** Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:
 - **8.1.1.** A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão**;
 - **8.1.2.** Caso a **licitante** tenha utilizado a prerrogativa de efetuar oferta de desempate, conforme art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006, será verificado no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico http://www.portaldatransparencia.gov.br, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela **licitante**, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme art. 3º da mencionada Lei Complementar.
- **8.2.** Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- **8.3.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;
- 8.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, con-



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

P.M. PVA DO LESTE	
C.P.L	

Fls. nº____

Visto _____

trolados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

8.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais **licitantes**.

SEÇÃO IX - DA NEGOCIAÇÃO

- **9.1.**O **Pregoeiro** poderá encaminhar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.
- **9.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

SEÇÃO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 10.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo IV Modelo de Proposta de Preços, em arquivo único, até às 15 (quinze) horas (horário de Brasília DF) do dia útil seguinte ao da convocação efetuada pelo **Pregoeiro**, para o e-mail licita5@pva.mt.gov.br.
- **10.2.** A proposta de preço deverá conter, ainda, os seguintes documentos:
 - **10.2.1.** Todas as planilhas específicas de preços unitários e totais ofertados para a execução do objeto desta licitação, conforme modelos anexos ao Edital;
 - **10.2.2.** GFIP ou documento apto a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) da **licitante**.
- **10.3.**Os documentos remetidos ao email <u>licita5@pva.mt.gov.br</u> poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo **Pregoeiro.**
 - **10.3.1.** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Setor de Licitações do Município de Primavera do Leste, situado na Rua Maringá nº 444 Centro, CEP 78850-000, Primavera do Leste/MT.
- **10.4.** A **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.
- **10.5.** O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
- **10.6.** O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- **10.7.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- **10.8.** Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totali-



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-**NISTRAÇÃO**

	C.P.L	
FI	s. nº	

Visto

P.M. PVA DO LESTE

dade de remuneração.

- 10.9. O Pregoeiro poderá fixar prazo a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar para o reenvio (uma única vez) do anexo contendo a planilha de composição de precos quando o preco total ofertado for aceitável, mas os precos unitários que compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo Município.
 - **10.9.1.** O ajuste da proposta não poderá implicar aumento do seu valor global.
- 10.10. Não serão aceitas propostas com valor global superior ao estimado, ou com preços manifestamente inexequíveis.
 - 10.10.1. Também não serão aceitas propostas com valor unitário da mão de obra (total da planilha de custos e formação de preços de um empregado) superior ao estimado pela administração.
 - 10.10.2. Também não serão aceitas propostas com valor total dos materiais superior ao estimado pela Administração, nos casos em que a contratação envolver o fornecimento de materiais.
 - **10.10.3.** Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.
 - **10.10.4.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exeguibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
 - 10.10-4.1. Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade:
 - 10.10-4.2. Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho:
 - 10.10-4.3. Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;
 - 10.10-4.4. Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
 - 10.10-4.5. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
 - 10.10-4.6. Verificação de outros contratos que a proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
 - 10.10-4.7. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
 - 10.10-4.8. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pela proponente;
 - 10.10-4.9. Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa; LES
 - **10.10-4.10.** Estudos setoriais;
 - 10.10-4.11. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

	C.P.L
Fls. nº_	

Visto

P.M. PVA DO LESTE

10.10-4.12. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a proponente disponha para a prestação dos serviços;

10.10-4.13. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

- **10.11.** A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar sua proposta obedecendo, quanto aos salários, ao estabelecido no Anexo II a este Edital.
- **10.12.** Caso a **licitante** classificada provisoriamente em primeiro lugar apresente proposta com salário inferior ao piso salarial estabelecido no instrumento coletivo a que esteja obrigada, o **Pregoeiro** fixará prazo para ajuste da proposta, uma única vez.
- **10.13.** O não atendimento à solicitação do **Pregoeiro** no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo implica a desclassificação da proposta.
- 10.14. O ajuste da proposta não poderá implicar aumento do seu valor global.
- **10.15.** Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo **Pregoeiro**.

SEÇÃO XI - DA HABILITAÇÃO

- **11.1.** A licitante deverá, **obrigatoriamente**, até o prazo **estipulad**o para encerramento do recebimento das propostas, conforme data e horário que constam no preâmbulo deste Edital, anexar os documentos solicitados para habilitação, por meio da opção "Documentos Processuais" no sistema www.bllcompras.org.br.
- **11.2.** A habilitação das **licitantes** será verificada por meio do CRC Certificado de Registro Cadastral do Município (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada neste Edital.
- **11.3.** As **licitantes** que não atenderem às exigências de habilitação parcial no CRC deverão apresentar documentos que supram tais exigências, conforme relação de documentos na opção "Documentos Processuais" no sistema www.bllcompras.org.br.
- **11.4.** Realizada a habilitação parcial no CRC, será verificado eventual descumprimento das vedações elencadas na Condição 4 da Seção III Da Participação na Licitação, mediante consulta ao:
 - **11.4.1.** CRC, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9°, III, da Lei nº 8.666/93;
 - **11.4.2.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade adm/consultar requerido.php;
 - **11.4.3.** Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis.
- **11.5.** As consultas previstas na Condição anterior realizar-se-ão em nome da sociedade empresária **licitante** e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.
- **11.6.** Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação no certame, a habilitação das **licitantes** será realizada mediante a apresentação da seguinte documentação complementar:
- 11.6.1. Relativos à Qualificação Técnica



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

C.P.L
Fls. nº

Visto

P.M. PVA DO LESTE

- 11.6.2. Um ou mais Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que expressamente consignem a aptidão da licitante para desempenho satisfatório de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado. Se o atestado for emitido por pessoa jurídica de direito privado, este deverá ser emitido preferencialmente em papel timbrado do emitente contendo razão social, CNPJ, endereço e telefone da pessoa jurídica que emitiu o atestado, data de emissão e identificação do responsável pela emissão do atestado (nome, cargo e assinatura) e deverá constar o reconhecimento de firma passado em cartório do titular da empresa que firmou a declaração, que comprove(m):
 - **11.6-2.1.** O Município de Primavera do Leste para comprovar a veracidade dos atestados, podendo, requisitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado;
 - **11.6-2.2.** As **licitantes** deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados;
 - 11.6-2.3. Planilha de composição de custos seguindo rigorosamente a CCT com número de registro MT000303/2018.
- **11.6.3.** Registro ou inscrição da Empresa na entidade profissional competente devidamente regular no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia CREA;
- **11.6.4.** Registro ou inscrição do Engenheiro Agrônomo e/ou Técnico Agrícola responsável pela Empresa na entidade profissional competente devidamente regular no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia CREA;
- **11.6.5.** Comprovação de vínculo com os Responsáveis técnicos mediante apresentação de contrato de prestação de serviços, participação societária ou através de cópia da CTPS Carteira Profissional de Trabalho e FRE Ficha de Registro de Empregados.
- 11.7. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica (o licitante fica dispensado da apresentação dos documentos enumerados nas alíneas "a, a.1, b, c, d, e, f" deste subitem. Caso tenha o CRC).
- a) Cópia autenticada (por cartório ou servidor competente) de cédula de identidade ou qualquer outro documento oficial de identificação com foto e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) dos sócios, diretores ou do proprietário da empresa;
- **a.1)** Quando os documentos acima mencionados forem apresentados no credenciamento, fica dispensada a apresentação novamente no envelope nº 02;
- **b)** Registro comercial, no caso de Empresa Individual ou Requerimento de empresário no caso de MEI, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado;
- **c)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores em exercício:
- **d)** Inscrição do ato constitutivo e alterações no registro civil das pessoas jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em fun-



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

C	C.P.L
Fls. nº	

Visto

P.M. PVA DO LESTE

cionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

- f) Alvará de Localização e Funcionamento;
- **g) Alvará Sanitário** fornecida pelo órgão competente de Vigilância Sanitária do estado ou Município onde estiver instalado.
- 11.8. A documentação relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista consistirá na apresentação dos seguintes documentos: (o licitante fica dispensado da apresentação dos documentos enumerados nas alíneas "a, b, c, d, e, f, g" deste subitem. Caso tenha o CRC).
- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)
- **b)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União emitida pelo Ministério da Fazenda, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, devidamente válida;
- **d)** Prova de regular<mark>idad</mark>e com a Fazenda Municipal, d<mark>a sede da</mark> empresa, devidamente válida;
- **e)** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, da sede da empresa, devidamente válida:
- f) Certidão Negativa de Débito de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário;
- **f.1)** Poderão ser apresentadas as respectivas Certidões descritas nos itens "e" e "f" de forma consolidada, de acordo com a legislação do domicílio tributário do licitante.
- g) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, disponível nos portais na internet: www.tst.gov.br/certidao, www.tst.jus.br/certidao;
- **11.8.1.** A prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho deverá ser feita mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 11.8.2. Considera-se Positiva com efeitos de Negativa a Certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora; ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança;
- **11.9.** A documentação relativa à Qualificação Econômico-Financeira consistirá na apresentação dos seguintes documentos:
- **11.9.1** Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei e regulamentos na data de realização deste pregão, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerra-



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

	C.P.L
Fls. r	1 ⁰
Visto)

P.M. PVA DO LESTE

dos há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste processo licitatório

- a) Sociedades regidas pela Lei n. 6.404/76 (sociedade anônima):
- publicados em Diário Oficial ou;
- publicados em jornal de grande circulação ou;
- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante:
- b) Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):
- Acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente **ou**;
- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- c) Sociedade sujeita ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (ME ou EPP):
- Acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou;
- declaração simplificada do último imposto de renda ou se cadastradas e optantes pelo "SIMPLES NACIONAL", deverão apresentar Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais DEFIS/PGDAS-D.
- d) Sociedade criada no exercício em curso ou inativa no exercício anterior:
- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio das licitantes nos casos de sociedades anônimas;
- 11.9 Certidão de Falência e Recuperação Judicial, emitida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 120 (Cento e vinte) dias;
- **11.9.2** Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, juntamente com a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação;
- **11.9.3** A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, apresentar toda a documentação de habilitação exigida nesse Edital;
- **11.9.4** Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social exigível, apresentado na forma da lei.
- **11.10.** A licitante deverá ter a comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

D LESTE

LG=	Ativo Circulante + realizável a Lon-
	go Prazo



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

C.P.L
Fls. nº
Visto

	Passivo Circulante+Não Circulante
SG-	Ativo Total

Passivo Circulante+Não Circulante

LC=	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

- **11.11.** As empresas, deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:
- 11.11.1. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou LOTE pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;
- 11.11.2 Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado do LOTE que irá participar, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contáveis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;
- **11.11.3** Caso o valor total constante na declaração de que trata o subcondição 11.11.2. apresente divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em relação à receita bruta discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), a **licitante** deverá acrescentar as devidas justificativas ao Anexo III;
- **11.11.4** Se as justificativas não forem entregues concomitantemente à documentação, o **Pregoeiro** poderá fixar prazo para a sua apresentação.
- **11.12.** O(a) **Pregoeiro(a)** poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das **licitantes**.
- **11.13.** Os documentos que não estejam contemplados no CRC deverão ser remetidos conforme forma indicada na **Cláusula 11.1**, no mesmo prazo estipulado na mencionada condição.
- **11.14.** Os documentos remetidos por meio da opção "Documentos Processuais" no sistema www.bllcompras.org.br poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo(a) **Pregoeiro(a).**
- **11.14.1.** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Setor de Licitações do Município de Primavera do Leste, situado na Rua Maringá nº 444 Centro, CEP 78850-000, Primavera do Leste/MT.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

C.P.L	
Fls. nº	
Visto	

P.M. PVA DO LESTE

- 11.15. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.
- **11.16.** Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.
- **11.17.** Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.
- **11.18.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- **11.19.** Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- **11.19.1.** O prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.
- **11.19.2.** A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pela **licitante**, mediante apresentação de justificativa.
- **11.19.3.** A não regularização da documentação, no prazo previsto na subcondição anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao **Pregoeiro** convocar as **licitantes** remanescentes, na ordem de classificação.
- **11.20.** Se a proposta não for aceitável, ou se a **licitante** não atender às exigências de habilitação, o **Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.
- **11.21.** Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a **licitante** será declarada vencedora.
- **11.22.** As certidões de regularidade fiscal emitidas por meios eletrônicos com prazo de validade vencido ensejará verificação pela Equipe de Apoio, no site oficial do respectivo órgão e, se comprovada a regularidade, será juntado aos autos o respectivo documento;
- **11.23**. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada;
- **11.24**. Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no Edital e seus Anexos;
- **11.25.** Se a documentação de habilitação não estiver completa, estiver incorreta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital, deverá o (a) Pregoeiro (a) considerar a proponente inabilitada, salvo as situações que ensejarem a aplicação da LC nº 123/06;
- **11.26.** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

C.P.L	
Fls. nº	
Visto	

P.M. PVA DO LESTE

- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;
- b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- **11.27.** Portanto não poderá concorrer a matriz em nome da filial e vice-versa, salvo se a documentação de habilitação de ambas esteja regular;
- **11.28** Os documentos solicitados poderão ser autenticados pelo Pregoeiro e Membros da Equipe de Apoio a partir do original, observando-se que:
- a) somente serão aceitas cópias legíveis;
- b) não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;
- c) deverão ser apresentadas as cópias para autenticação, com os respectivos originais, preferencialmente com pelo menos um dia de antecedência da data marcada para a abertura do certame;
- **11.29.** A empresa vencedora obriga-se a fornecer, no prazo de até 02 (dois) dias úteis do recebimento das ordens, nova proposta de preços, com a redução proporcional dos mesmos, sob pena de incidir nas penalidades da cláusula 15;
- **11.30.** O ramo de atividade da licitante deve ser pertinente ao objeto desta licitação e deverá constar, obrigatoriamente, no rol de atividades do seu Contrato Social;

Observação: todos os documentos deverão estar perfeitamente legíveis.

- **11.31.** Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal das ME's, EPP's e MEI, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- **11.31.1.** Poderá haver prorrogação do prazo para a regularização fiscal desde que a interessada apresente requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido a(o) Pregoeira(o);
- **11.32.** A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 11.33. É facultada ao (à) Pregoeiro (a) ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública;

SEÇÃO XII - DA DEMONSTRAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação às quantidades e à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas às disposições a elas relativas.

SEÇÃO XIII - DO RECURSO

13.1. Declarada a vencedora, o **Pregoeiro** abrirá prazo de 15 (quinze) minutos, durante o qual qualquer **licitante** poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sis-



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

C.P.L	
Fls. n⁰_	
Visto	

P.M. PVA DO LESTE

tema, manifestar sua intenção de recurso.

- **13.2.** A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o **Pregoeiro** a adjudicar o objeto à **licitante vencedora**.
- **13.3.** O **Pregoeiro** examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.
- **13.4.** A **licitante** que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais **licitantes**, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.
- **13.5.** Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993, fica a vista dos autos do Pregão Eletrônico n° 146/2018 franqueada aos interessados.
- **13.6.** As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo **Pregoeiro** serão apreciados pela autoridade competente.
- **13.7.**O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SEÇÃO XIV - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- **14.1.**O objeto deste **Pregão** será adjudicado pelo **Pregoeiro**, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.
- **14.2.** A homologação deste **Pregão** compete ao Prefeito Municipal de Primavera do Leste MT.
- 14.3. O objeto deste Pregão será adjudicado por itens à(s) licitante(s) vencedora(s).

SEÇÃO XV – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

- **15.1.** Depois de homologado o resultado deste **Pregão**, a **licitante vencedora** será convocada para assinatura da ata de registro de preços, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- **15.2.** Poderá ser acrescentada à ata a ser assinada qualquer vantagem apresentada pela **licitante vencedora** em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.
- **15.3.**O prazo para a assinatura da ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela **licitante vencedora** durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município.
- **15.4.** Por ocasião da assinatura da ata, verificar-se-á por meio do CRC e de outros meios se a **licitante vencedora** mantém as condições de habilitação.
- **15.5.** Quando a **licitante** convocada não assinar a ata no prazo e nas condições estabelecidas, poderá ser convocada outra **licitante** para assiná-la, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

	C.P.L
Fls. nº	
Visto	

P.M. PVA DO LESTE

SEÇÃO XVI – USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **16.1.** Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, no artigo 86 do Decreto Estadual nº 7.217/2010 e Decreto nº 7.892, de 2013 relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços;
- **16.2.** Caberá ao(s) Detentor(es) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas;
- **16.3.** A Prefeitura Municipal de Primavera do Leste será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação.

SEÇÃO XVII - DOS ACRÉSCIMOS

- **17.1.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
- **17.2.** Em caso de celebração de *contratos*, a licitante estará obrigada a fornecer quantitativos superiores àqueles registrados, em função do direito de acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) de que trata o§ 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93, observado o disposto no art. 120 do Decreto Estadual nº 7.217/2006.

SEÇÃO XVIII - CONTROLE DE PREÇOS

- **18.1.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;
- **18.2.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993
- **18.3.** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado
 - **18.3.1.** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;
- **18.3.2.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;
- **18.4.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
 - **18.4.1.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá;



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

	C.P.L
Fls. nº_	

Visto

P.M. PVA DO LESTE

- **18.4.2.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;
- **18.4.3.** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;
- **18.5.** Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Prefeitura Municipal de Primavera do Leste, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Dioprima;
- **18.6.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

SEÇÃO XIX - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **19.1.** O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:
 - **19.1.1.** Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;
 - **19.1.2.** Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;
- **19.2.** Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste, o registro será cancelado:
 - 19.2.1. Quando o proponente:
 - **19.2.1.1.** Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - **19.2.1.2.** Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
 - 19.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
 - **19.2.1.4.** Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de Fornecimento decorrente da Ata de Registro de Preços;
- **19.2.2.** A Prefeitura Municipal de Primavera do Leste poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

SEÇÃO XX - DO CONTRATO

20.1. As obrigações decorrentes deste Pregão consubstanciar-se-ão em Contrato cuja minuta consta do **Anexo X**;



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

C.P.L
Fls. nº

Visto

P.M. PVA DO LESTE

- **20.2.** Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização). O prazo de vigência da contratação é de **06(seis) meses** contados da sua assinatura, podendo ser prorrogável na forma do art. 57, § 1°, da Lei n° 8.666/93;
- **20.3.** O prazo para assinatura do contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, será de **05 (cinco) dias** contados da convocação formal da adjudicatária;
- **20.4.** O Contrato ou instrumento equivalente deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;
- **20.5.** A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito por esta Prefeitura;
- **20.6.** Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais;
- **20.7.** Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

SEÇÃO XXI – CONVOCAÇÃO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

- **21.1.** A detentora da ARP será convocada pela Prefeitura Municipal de Primavera do Leste, via email, telefone, fax ou outro meio de comunicação, para comparecer para assinatura do Instrumento Contratual, retirar a nota de empenho, ordem de serviço, ou instrumento equivalente, no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, contados da convocação formal da adjudicatária;
- **21.2.** O não comparecimento do Detentor da Ata convocado na forma do subitem anterior o sujeitará às sanções previstas neste Edital;
- **21.3.** O fornecimento deverá ser realizado de acordo com os requisitos deste Edital e seus anexos.

SEÇÃO XXII - DO REAJUSTE DE PREÇOS

22.1 A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, conforme previsto no artigo 65, da Lei nº 8.666/93;

Parágrafo Primeiro: O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea 'd' do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93;



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

P.M.	PVA DC	LESTE
	C.P.L	-

Fls. nº_____

Visto _____

Parágrafo Segundo: Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente Contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

Parágrafo Terceiro: Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei n. 8.666/93, serão concedidos após decorrido 06 (seis) meses da vigência do contrato, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município de Primavera do Leste:

Parágrafo Quarto: Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

Parágrafo Quinto: Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará ao Contratado, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

Parágrafo Sexto: Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

SEÇÃO XXIII - DAS SANÇÕES

- **23.1.** A **licitante** ficará impedida de licitar e contratar com o Município e será descredenciada no CRC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:
 - 23.1.1. Cometer fraude fiscal:
 - 23.1.2. Apresentar documento falso;
 - 23.1.3. Fizer declaração falsa;
 - 23.1.4. Comportar-se de modo inidôneo:
 - 23.1.5. Não assinar o contrato no prazo estabelecido;
 - 23.1.6. Deixar de entregar a documentação exigida no certame;
 - 23.1.7. Não mantiver a proposta.
- **23.2.** Para os fins da subcondição 52.4, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

SEÇÃO XXIV – DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- **24.1.** Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, ou seja, **21 de dezembro de 2018,** qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá **impugnar** o ato convocatório deste **Pregão** mediante petição a ser anexada em campo próprio, **exclusivamente**, no site www.bllcompras.org.br ou enviar para o email licita3@pva.mt.gov.br.
- **24.2.** O **Pregoeiro**, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- **24.3.** Acolhida à impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

	C.P.L
Fls. nº_	

Visto

P.M. PVA DO LESTE

das propostas.

- **24.4.**Os pedidos de **esclarecimentos** devem ser enviados ao **Pregoeiro** até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, ou seja **20 de dezembro de 2018** mediante petição a ser anexada em campo próprio, **exclusivamente**, no site www.bllcompras.org.br.
- **24.5.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados e no site http://primaveradoleste.mt.gov.br/editais.html

SEÇÃO XXV - DO PAGAMENTO

- **25.1.** O pagamento dos serviços será efetuado por execução mensal, será efetuado em até **30 (trinta)** dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente, mediante controle emitido pelo fornecedor;
- **25.2.** A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;
- **25.3.** Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas:
- **25.4.** A Contratada deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal (is) /fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:
 - **25.4.1.** Certidão Negativa de Débitos CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;
 - 25.4.2. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS CRF;
 - **25.4.3.** Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora:
 - 25.4.4. Certidões Negativas de Débito Trabalhista TST:
- **25.5.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 25.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;
- **25.6.** Nenhum pagamento será efetuado a Contratada, na *pendência* de qualquer uma das situações especificadas no item 25.4, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira;
 - 25.6.1. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva serviços realizados;
- **25.7.** A Prefeitura não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";
- **25.8.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

	C.P.L
Fls. nº)

Visto

P.M. PVA DO LESTE

- **25.9.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;
- **25.10.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

SEÇÃO XXVI – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- **26.1.** As licitantes deverão encaminhar à PREFEITURA, se solicitadas e quando for o caso, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, amostras, prospectos e/ou folder técnico, dos produtos cotados que serão analisadas pelo setor requisitante, para fins de verificação e manifestação, sobre a qualidade do produto e quanto à adequação das características com as especificações descritas pelo **Anexo I**, deste Instrumento Convocatório;
- **26.2.** O setor requisitante dos serviços, tão logo ocorra a prestação, verificará a qualidade dos mesmos e a conformidade com as especificações constantes do Anexo I, deste Instrumento Convocatório;
- **26.3.** Caso as especificações dos serviços prestados não sejam compatíveis com as constantes deste Edital ou com as amostras apresentadas, a empresa terá o prazo máximo previsto no **Termo de Referência** para a reparação dos mesmos e dos vícios. Em caso da empresa continuar a executar serviços que não estejam em conformidade com as especificações previstas no Termo de Referência deste Edital, o fato será considerado como inexecução total, gerando rescisão da contratação com a consequente aplicação das penalidades cabíveis ao caso;
- **26.4.** Na hipótese do item 26.3, é facultado à Administração convocar a licitante classificada em segundo lugar para, se quiser fornecer os bens pelo preço da primeira colocada;
- **26.5.** Caso a licitante vencedora, regularmente notificada, não compareça para retirar a autorização de fornecimento, a Administração poderá convocar a licitante classificada em segundo lugar para, se guiser, fornecer os bens pelo preço por ela cotado;
- **26.6.** As solicitações serão parceladas, de acordo com solicitação das Secretarias participantes da presente licitação, podendo ocorrer durante todo o período de validade da ata de registro de preços;
- **26.7.** Os serviços deverão ser de boa qualidade, caso contrário, haverá o cancelamento da solicitação.

SEÇÃO XXVII - DISPOSIÇÕES FINAIS

- **27.1.** A Prefeitura Municipal de Primavera do Leste compete anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.
 - 27.1.1. A anulação do Pregão induz à do contrato.
 - **27.1.2.** As **licitantes** não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

	C.P.L
Fls. nº	

Visto

P.M. PVA DO LESTE

- **27.2.** É facultado ao **Pregoeiro** ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- **27.3.** No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
 - **27.3.1.** Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste **Pregão**.
- **27.4.**Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- **27.5.** Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.
- **27.6.** Este **Pregão** poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do Município, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei nº 10.520/2002;
- **27.7.** A Contratada deverá apresentar mensalmente ao Fiscal de Contrato, documentos que atestem a regularidade das verbas trabalhistas (salários, décimo terceiro, etc) CTPS, EPI (Equipamento de proteção individual, quando necessário para realização da atividade), sob pena de não pagamento da execução dos serviços.

SEÇÃO XXVIII - DOS ANEXOS

- **28.1.** São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:
 - 28.1.1. Anexo I Termo de Referência:
 - 28.1.2. Anexo II Do Orçamento;
 - **28.1.3.** Anexo II a Planilha;
 - 28.1.4. Anexo III Modelo de Proposta de Preços;
 - 28.1.5. Anexo IV Modelo Declaração Requisitos Legais;
 - **28.1.6.** Anexo V Modelo Declaração Superveniência de Fatos Impeditivos;
 - **28.1.7.** Anexo VI Requerimento Tratamento Diferenciado ME/EPP;
 - 28.1.8. Anexo VII Recibo Retirada de Edital;
 - 28.1.9. Anexo VIII Modelo Atestado (Declaração) Capacidade Técnica;
 - 28.1.10. Anexo IX Minuta do Contrato;
 - 28.1.11. Anexo X Minuta da Ata de Registro de Preços;

SEÇÃO XXIX - DO FORO

29.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser diri-

1986



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

P.M. PVA DO LESTE C.P.L

Fls. nº_____

Visto _____

midas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de Primavera do Leste/MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d" da Constituição Federal.

Primavera do Leste, 11 de dezembro de 2018

Cristian dos Santos Perius Pregoeiro

Regiane C. da S. do Carmo Membro da Comissão de Apoio Aline C. R. Neves Membro da Comissão de Apoio Silvia A. A. de Oliveira Membro da Comissão de Apoio



1986

3.05 PRIMAVERA DO LESTE



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-**NISTRAÇÃO**

C.P.L	
Fls. nº	

Visto

P.M. PVA DO LESTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 146/2018 ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA Nº 158/2018

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de conservação da área verde, varrição, raspagem, limpeza, conservação e pintura de meios fios e sarjetas, capinação química e manual, recolhimento de galhos e entulhos, operacionalização do destino final dos resíduos da limpeza urbana em toda a extensão do perímetro urbano, serviço de montagem e desmontagem de tendas.

2 - JUSTIFICATIVA

- 2.1. Devido a grande necessidade de se buscar uma melhoria nos serviços públicos relativos à varrição, pintura de meio-fio, capinação, limpeza, manutenção e conservação de praças e áreas urbanizadas e operacionalização de destino final dos resíduos da limpeza urbana de vias pública para mantermos continuadamente limpo as vias do Município, o que consequentemente evitará qualquer proliferação de doenças originárias do acúmulo de resíduos, para priorizar os serviços essenciais e básicos à nossa população em relação à limpeza pública proporcionando assim melhor qualidade de vida ao munícipe.
- 2.2. No Brasil, cabe ao município gerir os serviços de limpeza urbana produzidos em seu território, conforme disposto na Constituição Federal, art. 30, inciso V, e, tal serviço pode ser administrado de forma direta pelo município ou por meio de empresa terceirizada para efetuar a limpeza urbana no município.
- 2.3. Atualmente, o poder público municipal tem dificuldade em atuar na execução direta dos serviços referentes aos serviços de limpeza urbana devido à escassez de recursos financeiros, humano, de infraestrutura, máquinas e equipamentos, bem como a ausência de monitoramento contínuo/periódico da dispersão final dos resíduos, e, ciente dessa dificuldade, a Secretaria Municipal de Infraestrutura e a Secretaria de Meio Ambiente de Primavera do Leste, vem em busca da terceirização de tais serviços junto à iniciativa privada, por meio de processo licitatório, regido pela legislação federal, Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública baseado no planejamento detalhado da gestão e operacionalização dos serviços prestados.

3 – DA NATUREZA DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços a serem contratados têm natureza continuada, pelo prazo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogada por interesse da Administração, nos termos da legislação vigente. 1986

4- QUANTITATIVOS COM VALORES ORCAMENTÁRIOS ESTIMADOS

Item	Descrição do Objeto	Unidade	Quantidade	Valor/mês R\$	Valor total R\$



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

P.M. PVA DO LESTE C.P.L

Fls. nº_____

Visto _____

	Lote 01				
01	24982- Contratação de empresa para realizar coleta de galhos, entulhos e limpeza de bocas de lobo. Total de 15 funcionarios	SERV	6 meses	R\$5.897,50	R\$530.775,00
	Lote 02		15		\$\$\$Y
02	49425- Contratação de capina química e manual, poda de grama/gramíneos remoção de lixo vegetal, sólidos, resíduos de vias, canteiros, Total de 85 funcionários.	SERV	6 meses	R\$5.900,00	R\$3.009.000,00
	Lote 03	Mark The	AVS I		1
03	44127 Contratação de empresa para realizar varrição, raspagem, retirada dos resíduos das limpezas de quintais, terrenos e vias públicas efetuadas pelo setor evitando o acúmulo de lixo nas vias, pintura de meio-fio Total de 50 Funcionários.	SERV	6 meses	R\$5.900,00	R\$1.770.000,00
	1111			TOTAL	5.309.775,00

5. SISTEMA DE TRABALHO

5.1. As atividades serão executadas por equipes mínimas, descritas neste Termo de Referência, comandadas por seus encarregados. As equipes de trabalho deverão estar permanentemente uniformizadas e munidas de ferramentas, equipamentos proteção individual – EPI's, equipamentos de proteção coletiva – EPC's e materiais de consumo necessários à execução completa das tarefas;



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

	C.P.L
Fls. nº_	

Visto

P.M. PVA DO LESTE

5.2. Ficará a cargo de a Secretaria solicitante elaborar a programação de serviços, supervisionar e fiscalizar a sua execução. Os trabalhos serão executados de acordo com programação prévia deste Termo de Referência e/ou através de Ordens de Serviço indicando o tipo de trabalho a ser realizado, o efetivo de operários a serem utilizados, os locais de trabalho, os prazos de execução e o quantitativo do serviço;

- **5.3.** A Secretaria Municipal de Infraestrutura Sinfra e/ou Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Indústria Comércio, Agricultura e Meio Ambiente poderá alterar o cronograma para ajustar a demanda do Município de Primavera do Leste;
- **5.4.** A sinalização de atividades realizadas junto às vias públicas com trânsito de veículos deverá obedecer ao disposto no projeto de sinalização viária, a ser elaborado pela CONTRATADA, nos serviços que exijam sinalização viária e quando for o caso, solicitar junto à Coordenadoria Municipal de Trânsito e Transportes Urbanos CMTU o bloqueio da via.
- **5.5**. A Empresa contratada será responsável pelo **deslocamento de seus operários** e **materiais para as frentes de serviço**. O deslocamento deverá, quando necessário, ser realizado com veículos devidamente adequados para tal fim e composto por banheiro químico itinerante:
- **5.6.** A Empresa contratada será responsável pelo fornecimento de mão de obra, pelo transporte dos funcionários, materiais e equipamentos para a execução dos serviços. A programação de serviços será repassada previamente à Empresa contratada, por meio de Ordens de Serviço devidamente assinada pela Secretaria Solicitante e/ou pelo fiscal do contrato da Secretaria solicitante, onde deverão necessariamente constar as seguintes informações:
- a) Tipo de serviço a ser executado:
- b) Local de execução do serviço;
- c) Horários de execução;
- d) Efetivo de operários a serem empregados na sua execução;
- e) Ferramentas e equipamentos a serem utilizados;
- f) Prazo de execução;
- g) Quantitativo físico do serviço (quando for viável a sua mensuração);
- 5.7. Deverá ser previsto veículos operacionais e administrativos com capacidade de atender todas as atividades previstas neste termo, carrinhos de mão, máquinas e demais equipamentos, ambos de responsabilidade da contratada, bem como o seu respectivo combustível, sendo os motoristas e operadores deverão estar devidamente habilitados a operá-los;
- **5.8** As marcas e os modelos dos veículos e demais equipamentos que serão utilizados em todas as atividades de limpeza pública, ficarão a critério da contratada;
- **5.9.** Competirá à contratada a admissão dos motoristas, ajudantes, funcionários e operários necessários ao desempenho dos serviços contratados, correndo por conta, também todos os encargos sociais, seguros, uniformes, equipamentos de proteção, vestiários, sanitários e demais exigências das Leis Trabalhistas;
- **5.10.** Todos os funcionários operacionais deverão apresentar-se sempre uniformizados com camisas ou camisetas, calças e calçados. Os funcionários operacionais deverão possuir capas protetoras em dias de chuva e colete refletivo caso exerçam atividades no



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

F.IVI	C.P.L	
	•	

Visto

período noturno. Todos os funcionários deverão estar equipados com os EPI's obrigatórios da função exercida;

- **5.11.** É vedado à contratada ceder no todo ou em parte atividades, objeto desta licitação, a outra empreiteira sem autorização da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste. Qualquer cessão ou subempreitada, feita sem autorização da Prefeitura Municipal será nula sem qualquer efeito;
- **5.12.** A contratada deverá arcar com todos os insumos, combustível, manutenção de todos os veículos e máquinas de sua responsabilidade neste contrato e que necessitar para realização dos serviços, uniforme, ferramentas, produtos químicos, equipamentos de proteção individual a todos os funcionários, recipientes necessários para coleta dos resíduos referente a varrição, pintura de meio-fio, capinação, limpeza, manutenção e conservação de praças e áreas urbanizadas e operacionalização de destino final dos resíduos da limpeza urbana ou indiretamente tenham relação com o objeto do contrato, ficando a contratante, imediatamente, dispensada de compromissos, solidariedade ou eventuais autuações;
- 5.13. Todos os Funcionários deverão ter Registro na Carteira de Trabalho;
- **5.14** Os trabalhos serão executados de acordo com programação prévia, através de Ordens de Serviço escrita ou verbal, indicando o tipo de trabalho a ser realizado no mês, os locais de trabalho e os prazos de execução;
- **5.15.** A rotina de prestação dos serviços de varrição está representada no cronograma de atividades parte integrante deste projeto básico e para esta atividade não serão expedidas Ordens de Serviço;
- **5.16.** Semanalmente ou até diariamente a Empresa contratada deverá buscar, junto à Secretaria solicitante, as Ordens de Serviço expedidas.

MEMORIAL DESCRITIVO

6 – VARRIÇÃO MANUAL DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

- 6.1. A varrição manual consiste na operação de recolhimento de todos os detritos possíveis da varrição nas vias públicas (notadamente em suas sarjetas), incluindo terra em excesso, pedras, entulhos e outros resíduos que devem ser acomodados em local apropriado para destinação final no lixão municipal ou local indicado pela Secretaria solicitante. Também fazem parte dos serviços em questão, a retirada de terra e demais resíduos dos bueiros para captação de águas pluviais (bocas de lobo);
- **6.2.** A varrição manual deve ser realizada por equipes em pontos diferentes do município, definida pela Secretaria solicitante, que utilizará todas as ferramentas necessárias para coleta dos resíduos e sendo o veículo apropriado para destinação final fornecido pela contratante;
- **6.3.** Os apetrechos utilizados serão o vassourão, vassoura, pá, sacos plásticos (100 litros) com fitilhos e outros equipamentos ou ferramentas para execução do serviço;
- **6.4.** Os varredores serão responsáveis pela coleta e esvaziamento dos resíduos dos cestos de lixo de varrição e nos cestos de lixo público existentes, em seus setores de trabalho:
- **6.5.** A varrição das vias deve ser feita em toda a largura dos passeios públicos, incluindo paradas de ônibus, canteiros centrais de avenidas e em todas as faixas junto ao meio-fio



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

	C.P.L
Fls. nº_	

Visto

P.M. PVA DO LESTE

que contenham resíduos, inclusive onde houverem veículos estacionados. Áreas ajardinadas ou não pavimentadas também deverão ser varridas. Os resíduos eventualmente dispostos em bocas de lobo devem ser retirados com o auxílio de enxadinha de pequeno porte durante a varrição;

- **6.6.** A contratada se obriga a executar os serviços rigorosamente de acordo com o dispositivo no programa de trabalho aprovado, utilizando técnicas, equipamentos e procedimentos corretos, empregando métodos que possibilitam o maior rendimento possível dos serviços;
- **6.7.** Os resíduos provenientes da varrição manual deverão ser acondicionados em sacos plásticos de cem (100) litros, para posterior coleta e remoção para lugar definido pelas secretarias participantes, sendo que a contratante fornecerá caminhão e motorista para transporte e destinação final dos resíduos;
- **6.8.** Os carrinhos de mão deverão ser guarnecidos, em seu interior, com sacos na quantidade necessária e suficientemente resistentes para evitar o rompimento e espalhamento na via pública;
- **6.9.** Os serviços de varrição deverão observar com prioridade a regularidade de horários a serem executados, preferencialmente no período diurno.
- **6.10.** Os serviços de varrição deverão ser executados diariamente na região central da cidade e alternada nos bairros, ou conforme cronograma da contratante;
- **6.11.** Todo pessoal envolvido na execução do serviço deverá estar devidamente uniformizado e portar os EPI's (equipamentos de proteção individual) exigidos pela Lei.

7 - PINTURA DE MEIO-FIO DE VIAS DE LOGRADOURO PÚBLICO;

- **7.1.** A pintura será executada após a varrição, através da aplicação de solução de água, cal hidratada e fixador por meio de brochas ou trinchas, ou por meio mecânico, podendo ser de forma contínua ou não, exceção sinais amarelos;
- 7.2. A cal hidratada, fixador e brochas ou trinchas será fornecida pela contratante;
- **7.3.** A contratada deverá fornecer para os funcionários os uniformes e EPI's adequados para a atividade, segundo as exigências das normas de segurança e medicina do trabalho.

8- ROÇADA, CAPINA MANUAL E MECANIZADA, RASPAGEM E REMOÇÃO DE LIXO VEGETAL DE VIAS, CANTEIROS E LOGRADOUROS PÚBLICOS.

- **8.1.** A roçada consiste no aparo da vegetação rasteira e pequenos arbustos (até 1,50 m), deixando-os com a mínima altura possível, se não puderem ser eliminados. Para esse serviço, são utilizadas roçadeiras costais e foices.
- **8.2.** Os serviços de **capinação e raspagem manual** consistem na eliminação do mato, do capim e ervas daninhas, de modo à atender ao aspecto sanitário das vias, canteiros e logradouros; e retirada de 5(cinco) cm de grama paralela ao meio fio para que seja executada a pintura do mesmo, a capina poderá ser manual ou mecanizada fazendo parte deste item o recolhimento de pequenos resíduos (papéis, PETs, plásticos, madeiras, restos de podas, vidros etc.) e seu transporte até o local indicado pela Secretaria responsável;
- 8.3. A capina com a aplicação de herbicidas deverá ocorrer conforme o cronograma



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

	C.P.L
Fls. nº_	

Visto

P.M. PVA DO LESTE

determinado pela contratante, e durante a execução desta atividade a Contratada deverá fornecer a seus prepostos todos os equipamentos de proteção individual necessários à aplicação correta e segura destas substâncias, bem como todo o herbicida necessário para execução do serviço. Sendo no mínimo 03 (três) aplicações no período das chuvas;

- **8.4.** A **raspagem de meio-fio** consiste em remover terra acumulada nas sarjetas, concomitante com a capinação dos passeios em logradouros parcialmente pavimentados ou com antecedência à varrição permanente;
- **8.5.** Os detritos produzidos no mesmo dia deverão ser coletados e transportados através de caminhão basculante ao lixão municipal, sendo caminhão fornecido pela contratante,
- **8.6.** Não deverão ser deixados resíduos sólidos e úmidos destas atividades a serem transportados no dia seguinte à sua produção;
- **8.7.** Todos os equipamentos e demais utensílios essenciais aos trabalhos serão de total responsabilidade da contratada;
- 8.8. Os serviços serão executados preferencialmente no período diurno;
- **8.9.** Todo lixo vegetal, terra, areia, entulho recolhido pela empresa deverá ser depositado em local apropriado e ou indicado pela contratante.

9 - PODA DE GRAMA/GRAMÍNEOS DE PRAÇAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS COM REMOÇÃO DO LIXO VEGETAL

- 9.1. Consiste na poda, juntada e transporte para local indicado pela Contratante;
- **9.2.** A contratada deverá realizar poda de grama /gramíneos que será executada nos canteiros centrais de avenidas, canteiros dos passeios públicos, rotatórias, taludes, junto ao meio-fio, nos interstícios da pavimentação, faixa de domínio de estradas, passeios públicos não pavimentados, passarelas, ou quaisquer áreas verdes contíguas às vias públicas do município, por profissionais treinados, portanto todos os equipamentos necessários, tais como: roçadeira costal, máquina ou equipamentos de corte de grama, EPI'S, redes de proteção, etc., todos equipamentos são de responsabilidade da contratada;
- **9.3.** Após a execução da poda os resíduos deverão ser recolhidos imediatamente pela Contratada e transportados para o local indicado pela Contratante;
- **9.4.** A poda de Grama/Gramíneos deverá ser realizada de acordo com a necessidade e cronograma da CONTRATANTE;
- **9.5.** Todos resíduos produzidos pela poda de grama/gramíneos deverão ser recolhidos pela contratada em caminhão cedido pela contratante para depositado em local apropriado;
- **9.6.** A contratada deverá fornecer além de todos equipamentos de proteção individual e coletiva as redes de proteção confeccionadas em telas de nylon ou de aço, com malha de abertura contendo dimensões inferiores a 2mm (dois milímetros), altura mínima de 1,80m (um metro e oitenta centímetros) e largura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros). O modelo de rede a ser utilizado pela Contratada deve ser aprovado pelo Fiscal da contratante. E todo dano causado por arremesso de objeto vindo dos equipamentos deste item, será de responsabilidade da contratada o ressarcimento dos danos a terceiros;
- 9.8. Os serviços serão executados preferencialmente no período diurno. .



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

C.P.L	
Fls. nº_	

Visto

P.M. PVA DO LESTE

10. COLETA E O TRANSPORTE DE GALHOS E RESÍDUOS

10.1. A empresa deverá realizar a coleta e o transporte de galhos e resíduos, de todo e qualquer resíduo que se encontrar na área urbana, das limpezas de quintais, terrenos e vias públicas efetuadas pelo setor da varrição ou pelos munícipes, evitando o acúmulo de lixo nas vias públicas e bocas de lobo, assim como a formação de criadouros de pragas e insetos, com fornecimento de material e ferramentas necessárias, sendo o caminhão fornecido pela contratante.

11. VIGÊNCIA

- **11.1.** O período de vigência do contrato será de 06(seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial. Ressalvada a hipótese de prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, contados da data indicada no Termo de autorização de Inicio dos serviços.
- **11.2.** O período de execução dos serviços será de 06 (seis) meses contados a partir da Ordem de Execução dos Serviços.

12. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- **12.1.** O critério de julgamento das propostas será o de menor preço por item, observadas as seguintes condições:
- a) A licitante não poderá apresentar proposta com valores inexequíveis ou superiores ao valor estimado sob pena de desclassificação da proposta.
- b) A proposta deverá estar em total conformidade com a convenção coletiva da categoria.
- c) Considerarão preços inexequíveis aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;
- **13.2.** Após o fechamento da etapa de lances e suspensão da Sessão o Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério do menor preço por item, podendo encaminhar contraproposta diretamente a licitante que tenha apresentado lance de menor valor para que seja obtido preço melhor.

13. HORÁRIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- **13.1.** Os serviços serão executados em dias úteis, no horário das 07h00min ás 11h00min e das 13h00min as 17h00min;
- **13.2.** Eventualmente, por razões de segurança/urgência/emergência ou por conveniência da Secretaria, os serviços poderão ser executados à noite ou nos finais de semana, sem acréscimos de custos para a administração pública.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Executar os serviços através de pessoas idôneas; assumir total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que venham a causar os seus empregados no desempenho de suas funções:



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

	C.P.L
Fls. nº_	

Visto

P.M. PVA DO LESTE

- **14.1.1.** Iniciar as demandas de execução de cada etapa dos serviços, a partir da solicitação da Secretaria/setor solicitante no máximo em 24 (vinte e quatro) horas ou em caso de urgência/emergência no ato da solicitação;
- **14.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- **14.1.3.** A PRESTADORA DE SERVIÇOS deverá disponibilizar e manter quantitativo de pessoal compatível com as necessidades dos serviços quando autorizados;
- **14.1.4.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- **15.1.5.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, conforme dispõe o art. 71, Parágrafos 1° e 2° da Lei 8.666/93;
- 14.1.6. Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços;
- **14.1.7.** Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;
- **14.1.8.** Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítima (s) o (s) seu (s) empregado (s), em atividade nas dependências dos setores da Secretaria, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e pelas demais exigências legais para o exercício das atividades;
- **14.1.9.** Providenciar para que os seus funcionários utilizem vestuário compatível com o ambiente de trabalho, bem como equipamento de proteção individual previsto pelas normas de segurança do trabalho;
- **14.1.10**. A PRESTADORA DE SERVIÇOS ficará obrigada a executar os serviços programados no Termo de Referência Especificações, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da Fiscalização. Os serviços somente serão considerados executados após o término de todas as etapas, retirada dos entulhos, reconstituição das partes danificadas, se for o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas;
- **14.1.11.** Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;
- **14.1.12.** Responder por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, causados A Prefeitura Municipal ou a terceiros, por seus prepostos ou empregados, em atividade nas dependências dos setores, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos do Artigo 70, da Lei nº 8.666/93;
- **14.1.13.** Responsabilizar-se pelo fornecimento de uniformes, equipamentos, ferramentas, equipamento de proteção individual a todos os funcionários e demais equipamentos mencionados nos itens acima do memorial descritivo para a perfeita execução de cada serviço em suas especificações, além de fornecimento de alimentação caso haja necessidade, bem como pagamento de impostos, taxas, encargos sociais, tributos, e outras despesas que direta ou indiretamente tenham relação com o objeto do contrato, ficando a contratante, imediatamente, dispensada de compromissos, solidariedade ou eventuais autuações;
- **14.1.14.** Não transferir a outrem os serviços contratados, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência de cada secretaria;
- 14.1.15. Fornecer as ferramentas necessárias para execução dos serviços contratados;



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

	O.F.L	
Fls. n ^o)	
Visto		

P.M. PVA DO LESTE

- **14.1.16.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto Contratado, em que se verificarem, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- **14.1.17.** Cumprir fielmente todas as cláusulas e condições pactuadas no futuro Contrato, inclusive em relação ao edital de licitação e seus anexos;
- **14.1.18.** Substituir, sempre que exigido pela Secretaria, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inconvenientes;
- **14.1.19.** Manter, durante toda execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, em especial as condições de cadastramento e qualificações exigidas no edital de licitação;
- **14.1.20.** Respeitar, durante toda execução do contrato a legislação trabalhista, fiscal, providenciaria e comercial, assim como, as normas de higiene e segurança, por cujos encargos responderá unilateralmente;
- **14.1.21.** Indenizar o Município de Primavera do Leste por quaisquer danos causados às suas instalações, móveis ou equipamentos, pela execução inadequada dos serviços, por parte dos seus empregados, ficando este Órgão, desde já autorizado a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente, podendo, entretanto, a seu critério, optar pela reparação dos danos ou reposição dos bens;
- **14.1.22.** Quando houver necessidade de alteração no quantitativo do efetivo a serviço da Secretaria solicitante, promover esta alteração no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da solicitação do referido órgão;
- **14.1.23.** Manter seus funcionários sempre identificados e uniformizados durante a execução dos serviços;
- **14.1.23.** Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus funcionários em serviço, causados a terceiros ou a Secretaria solicitante, mesmo quando utilizando equipamentos da mesma;
- **14.1.24.** Capacitar seus funcionários ao uso dos equipamentos e ferramentas postos a sua disposição para a execução das tarefas;
- **14.1.25.** Executar o serviço de forma zelosa, ordeira e com urbanidade para com a população;
- **14.1.26.** Substituir qualquer componente da equipe que apresentar comportamento inadequado ou indecoroso ou não demonstrar qualificação para os serviços, objeto deste Termo de Referência TR, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- **14.1.27.** Não permitir que componentes das equipes de trabalho, enquanto estiverem a serviço desta secretaria, executem serviço para terceiros;
- **14.1.28.** Manter as equipes de trabalho com todas as ferramentas, equipamentos e insumos exigidos no TR em perfeitas condições de uso;
- **14.1.29.** Não permitir que seus funcionários solicitem à população gratificações ou contribuições materiais de qualquer espécie, mesmo quando da ocorrência de datas festivas;
- **14.1.30.** Sanar imediatamente quaisquer irregularidades ou defeitos verificados pela Fiscalização na execução dos serviços;
- **14.1.31.** Cumprir todas as disposições legais pertinentes à saúde e segurança do trabalho as quais estão sujeitos contratos de trabalho regidos pela CLT, independente do seu qua-



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

C.P.L	
Fls. nº_	

Visto

P.M. PVA DO LESTE

dro de pessoal enquadrar-se nesta situação;

- 14.1.32. Promover a vacinação de todos funcionários principalmente contra tétano, devido à exposição, durante o processo de trabalho, a intempéries e agentes biológicos potencialmente infectantes;
- **14.1.33.** Disponibilizar banheiros equipados com vasos sanitários e lavatórios para os trabalhadores das equipes que prestam serviços externos, conforme especificação da Norma Regulamentadora n.º 24 da portaria n.º 3.214 do Ministério do Trabalho;
- **14.1.34.** Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 15.1. O CONTRATANTE obriga-se a:
- 15.1.1. Execução dos serviços;
- 15.1.2 .Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;
- 15.1.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução dos serviços;
- **15.1.4.** Permitir livre acesso dos funcionários credenciados pela CONTRATADA aos loais de execução dos se<mark>rviços;</mark>
- **15.1.5.** Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato.

16 - DO VALOR ESTIMADO

16.1. A estimativa de preços foi feita com base em pesquisa realizada junto a empresas do ramo compatível ao objeto licitado, sendo o valor médio total estimado em produtos de R\$ 5.309.775,00 (Cinco milhões trezentos e nove mil e setecentos e setenta e cinco reais), conforme orçamentos em anexo.

17 - DAS FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS

17.1. As ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços deverão ser fornecidos pela Contratada, devendo estar sempre à disposição para uso nos serviços contratados. Deverá ser disponibilizada para uso dos trabalhadores a quantidade mínima de ferramentas e equipamentos, dimensionados de acordo com o quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Roçadeira Costal	6
Soprador a gasolina	2
Pá	12
Enxada	40
Bomba pulverizadora	2
Vassourão	40
Rastelo plástico	40
Facão	6

LESTE 1986



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

C.P.L
Fls. nº
Visto

Foice	6
Tesoura de poda	2
Picareta	6
Ancinho	30
Carrinho de mão	10
Motoserra	2
Enxadão	6
Cavadeira	6

O não fornecimento das ferramentas para execução das atividades nas unidades de serviço, além das sanções contratuais cabíveis, implicará no não pagamento das horas de trabalho dos operários designados para as tarefas.

18 – UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL POR ITEM

18.1. A empresa contratada deverá fornecer gratuitamente aos seus operários, no mínimo, os seguintes uniformes e EPI's:

DESC <mark>RI</mark> ÇÃO	QUANTIDADE		
Camiseta em malha de algodão	3 unidades/semestre		
Calça	2 unidades/semestre		
Boné	1 unidade/semestre		
Botina de segurança c/ palmilha de aço	1 par/semestre		
Macacão tipo jardineiro impermeável	Disponibilidade permanente de 12 conjuntos para atividades que assim o exija		
Luva de proteção	6 unidades/semestre (para todos os operários e com especificações de acordo com a atividade realizada)		
Capa de chuva	1 unidade/semestre		
Colete reflexivo	1 unidade/semestre		
Óculos de proteção	1 unidade/semestre (para os operadores de roçadeira e sopradores, e integrantes da equipe da roçada)		
Protetores auriculares	1 unidade/semestre (para os operadores de roçadeira e sopradores, e demais in- tegrantes da equipe de roçada)		
Perneira de couro	1 unidade/semestre		
Protetor facial	1 unidade/semestre (para operadores que portam a rede de proteção)		
Protetor solar	Para todos os operadores que executa- rem atividades expostos à raios solares		

Observação: As quantidades indicadas acima são mínimas. As peças deverão ser repostas gratuitamente sempre que se apresentarem desgastadas, destruídas ou impróprias para a sua finalidade. A Fiscalização da Secretaria poderá determinar a substituição dos equipamentos. A responsabilidade pela manutenção, reposição e higienização destes materiais será de exclusividade da Contratada. Em nenhuma hipótese será permitido, parte dos trabalhadores da Contratada, o desenvolvimento dos serviços especificados neste projeto básico, sem a devida utilização dos uniformes e EPI's listados anteriormente.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

P.M. PVA DO LESTE C.P.L	
Fls. nº	

Visto

19. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

19.1. As despesas oriundas da presente contratação correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Secretaria Municipal de Infraestrutura:

Órgão	09	Secretaria Municipal de infraestrutura		
Und. Orçamentária	09002	Coordenadoria de Serviços Urbanos		
Unidade executora	09002	Coordenadoria de Serviços Urbanos		
Funcional programática	15.451.0027-2.197	Manut. Coordenadoria de Serviços Urbanos		
Ficha	935			
Despesa/fonte	3.3.90.30.00-999	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Juridica		
Solicitação	176/2018			

Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Indústria Comércio, Agricultura e Meio Ambiente:

Órgão	03	Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Agricultura	
Und. Orçamentária	03003	Coordenadoria De Meio Ambiente	
Unidade executora	03003	Coordenadoria De Meio Ambiente	
Funcional programát <mark>ica</mark>	18.541.0011-1.107	Mapeamento, Recuperação e Conservação de Áreas Verdes, APP'S e Nascentes	
Ficha	156	BIG AT BING TO THE PARTY OF SALES	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00-999	Outros Serviços De Terceiros Pessoa Jurídica	
Solicitação	35/2018		

20. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento dos serviços será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 trinta dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente, mediante controle emitido pelo fornecedor.

21. FISCALIZAÇÃO

- **21.1.** A fiscalização da prestação dos serviços será exercida por representante legal da CONTRATANTE, neste ato denominado FISCAL DE CONTRATO, devidamente designado pela Prefeitura Municipal, conforme Art. 67 da Lei nº 8.666/93, cabendo aos usuários a ratificação da qualidade dos serviços prestados.
- **21.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993

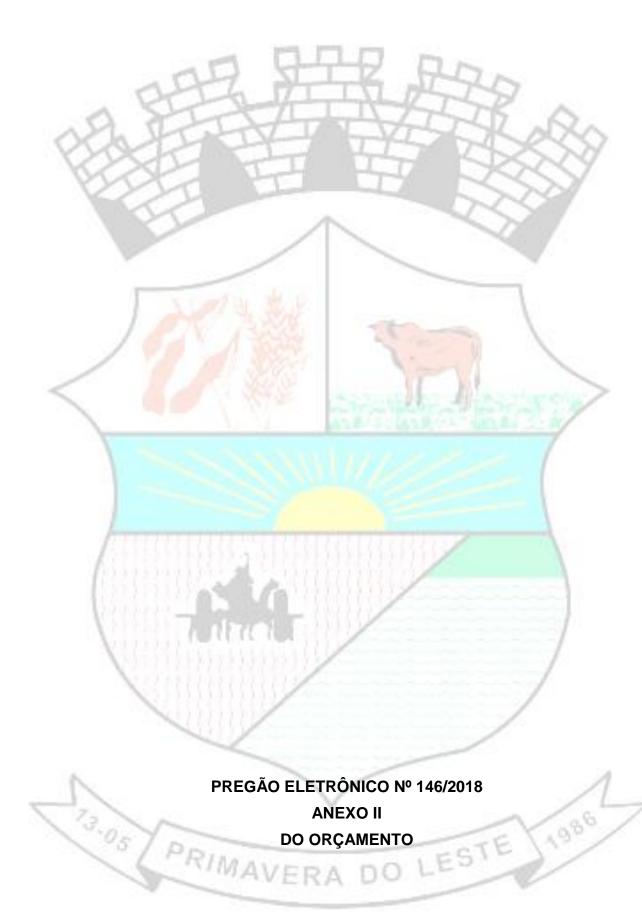


SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-**NISTRAÇÃO**

P.M. PVA DO LESTE

Fls. nº_

Visto





SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

	C.P.L
Fls. nº_	

Visto

P.M. PVA DO LESTE

1. Tendo em vista as peculiaridades desta contratação, apresentam-se os esclarecimentos referentes às planilhas estimativas, os quais <u>deverão ser observados pelas</u> empresas licitantes quando da elaboração de suas propostas de preços:

- 2. As licitantes deverão apresentar as Planilhas de Custos e Formação de Preços com base em convenção coletiva de trabalho, aplicável à categoria envolvida na contratação e à qual a licitante esteja obrigada.
- 3. Na hipótese de eventual repactuação do contrato, somente serão considerados os itens previstos nas respectivas planilhas.
- **4.** Os salários a serem pagos serão aqueles apresentados na proposta da licitante vencedora.
- **5.** Ainda que, em acordo ou convenção coletiva da categoria, haja previsão de reajuste escalonado de salários, a CONTRATADA aplicará aos salários dos empregados que prestam serviços ao Município os mesmos índices concedidos na repactuação contratual, independentemente da data de admissão do empregado nos quadros da CONTRATADA.
- 6. Caso a proposta da licitante apresente salário inferior ao piso salarial estabelecido no instrumento coletivo a que esteja obrigada, o Pregoeiro fixará prazo para ajuste da proposta.
- **7.** O não at<mark>endime</mark>nto à solicitação do Pregoeiro no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo implica a desclassificação da proposta.
- 8. O ajuste da proposta não poderá implicar aumento do seu valor global.
- **9.** Também será desclassificada a proposta que, após as diligências, não corrigir ou justificar eventuais falhas apontadas pelo pregoeiro.
- **10.** O LDI (Lucros e Despesas Indiretas) constante das planilhas de composição de custos e formação de preços engloba o lucro e as despesas administrativas e operacionais (Acórdão 2.369/2011-TCU-Plenário).
 - a), nos casos em que a contratação envolver o fornecimento de materiais.
- **11.** O item referente ao Aviso prévio trabalho, será zerado após o primeiro ano de vigência do contrato.

12. Planilhas de custos e formação de preços

73.057

A indicação, nas tabelas abaixo, da jornada de trabalho dos empregados alocados para a prestação dos serviços foi efetuada apenas como <u>exemplo</u> de elaboração do orçamento estimado da Administração, tendo em vista que <u>caberá à contratada a definição da quantidade de empregados alocados para a prestação do serviço e da sua jornada de trabalho, com observância à legislação trabalhista.</u>

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 146/2018 ANEXO II - A PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

11986



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

P.M.	PVA	DO	LESTE
	C	РΙ	

Fls. nº_____

Visto _____

COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO

CUSTO MENSAL

	INSUMOS	*	Valor unitário mensal em R\$ (%)
1	Mão de Obra (A)		
1.1	Salarios /Beneficios/Periculosidade/Insalubridade		7
1.2	Total Salários	V.	R\$ -
	Encargos Sociais (sobre "total" - 1.3)		
2.1	Grupo A	x%	
2.1.1		\	R\$ -
2.1.2	SESI ou SESC		R\$ -
2.1.3	SENAI ou SENAC		R\$ -
	INCRA		R\$ -
	SEBRAE	2.71.62	R\$ -
	Salário Educação	275	R\$ -
	Seguro Acidente de e Trabalho/SAT/INSS		R\$ -
2.1.8	FGTS		R\$ -
2.2	Grupo B		R\$ -
	Férias sem abono constitucional		R\$ -
2.2.2	Auxílio Enfermidade (≤15 dias)		R\$ -
2.2.3	Licença Paternidade	1	R\$ -
	Faltas Legais		R\$ -
	Auxílio Acidente de Trabalho (≤ 15 dias)		R\$ -
	Aviso Prévio trabalhado		R\$ -
2.3	Grupo C		R\$ -
2.3.1	Abono constitucional de férias		R\$ -
2.3.2	13º Salário		R\$ -
2.4	Grupo D		R\$ -
	Indenização (rescisão s/ justa causa)		R\$ -
	Contribuição social (art.1º Complementar 110/01 – ainda em vigor)		R\$ -
2.4.3	Aviso prévio indenizado		R\$ -
2.4.4	Reflexo do aviso prévio indenizado sobre férias e 13º salário		R\$ -
2.4.5	Indenização adicional		R\$ -
2.5	Grupo D		R\$ -
2.5.1	Incidência do Grupo A sobre licença=maternidade		R\$ -
2.5.2	Incidência do FGTS sobre o acidente do trabalho (>15 dias)		R\$ -
2.5.3	Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado	V	R\$ -
2.5.4	Abono pecuniário	E 1	R\$ -
2.6	GRUPO F (Incidência cumulativa)	10	R\$ -
2.7	Grupo A x (Grupo B + Grupo C)	1	R\$ -
			R\$ -
3	TOTAL (A) - Mão de obra + Encargos Sociais		R\$ -



73.05

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRI-**MAVERA DO LESTE**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-**NISTRAÇÃO**

P.M. PVA DO LESTE C.P.L

Fls. no_

Visto

3.0	Insumos, Produtos e Equipamentos (B)				
3.1	EPI's e Uniformes	D B			
3.2	Alimentação - (Cesta Básica - Gratificação por Ass	duidade -)			
3.3	Transporte - (R\$ 55,00 -Manutenção)	TI BLUM	7		
3.4	Equipamentos e Material de Consumo	THE		R\$	-
3.5	Pcmso	Thurs	1 0	XX	
В	TOTAL (B) - Outros Insumos	THAN	X	R\$	-
A+B	TOTAL (A+B) - Custo Direto - C.D		X	R\$	-
				7	
4.0	Tributos (C) - Calculado sobre o total		7	20	
4.1	PIS			7	
4.2	COFINS				-
4.3	ISS				
Χ	TOTAL (C) - Tributos - T				-
5.0	Lucro, Custo Indireto, CSSL e I.R (D)				
5.1	Lucro antes do I.R - Lair	all the same			-
5.2	Custos e Despesas Indiretas C.I				-
5.3	IRPJ - *Sobre o Lucro				-
5.4	CSSL - *Sobre o Lucro	The Indian		The same of	-
D	TOTAL (D) - Custo Indireto e Lucro	The state of the s		- >	-
		The second	17.00	19	
	Custo Indireto, Tributos e Lucro (CITL)	むからは30天で大一個の			-
	= (1 +C.I./100) / (1-(T/100)-(1/Lair)		- /		
6.0	PREÇO DE REFERÊNCIA= C.D x CITL				_
			_		
	VALOR MENSAL				-
	CUSTO UNITARIO POR METRO			(1)	-

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 146/2018

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA

1986



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

P.M.	PVA	DO	LESTE
	C	DІ	

Fls. nº_____

Visto _____

ı	Edital de Pregão Elet	rônico nº 146/2	2018		
Tipo: MENOR PREÇO POR	ITEM.	40 0	10		
Nome de Fantasia:					
Razão Social:					
CNPJ:		OPTANTE PE	LO SIMPL	ES? SIM	I () NÃO ()
Endereço:					
Bairro:	The second secon	and the second second			
Estado:					
Fone/Fax: ()					
Conta Corrente nº					
Nome completo do responsá					
CPF:					
OPF	KG	CEL/1E	LEFONE.		
/ 0 /	1 1874	1			
IDENTIFICAÇÃO DOS ITENS I					
Item Se	<mark>rviço</mark>	Quantidade	Unidade	Unit	Total
	1 177	-TOWNSON	- P -		19
	111111111111111111111111111111111111111	71 10 77	*A 160		
Prazo de validade da propos	ta e de 60 (sessenta)	dias a partir da	data de s	ua aberti	ıra.
Declaramos que estão inclu					
documentos, bem como eno					
tros de qualquer natureza e, embalagens adequadas.	amua, gastos com tra	ansporte e aco	nuicionam	ento dos	materiais en
Declaramos que atendemos	todas as ovidências t	rácnicae mínim	ae incluei	vo do da	rantia prazo
de entrega e quantidades.	todas as exigencias i	ecilicas minimi	as, inclusi	ve ue ga	Tarilla, prazo
Informamos ainda, que os pa					
cidas no Edital da Licitação Banco Xxxxxxxx.	e seus anexos, na C	onta Corrente	n∘ xxxxxx	x Agenci	a n° xxxx do
OBS.: Anexar toas as Planilh	as.			/	
13.00				-/	
	Local e	data		/	
			/		

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS

ANEXO IV

Carimbo da empresa/Assinatura do responsável

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 146/2018



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

P.M. PVA DO LESTE
C.P.L

Fls. n^o_____

Visto _____

Modelo da Declaração (Empregador Pessoa Jurídica) (Papel timbrado da empresa)

(Papel timbrado da empresa)
A DID STILL FOR
Prefeitura Municipal de Primavera do Leste
Ref.: Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 146/2018
(Nome da Empresa), cnpj no, sediada na Rua, n, bairro,, CEP, Mu-
nicípio, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital do Pregão Eletrônico nº 146/2018 – Prefeitura de Primavera do Leste/MT. DECLARA, sob as penas da lei, que:
• Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz*, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999.
• Não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos do Poder Executivo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8666/93 e inciso X do artigo 144 da Lei Complementar nº 04/90).
• Não ser cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau de servidor público ou agente político, inclusive da autoridade nomeante, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, que for detentor de poder de influência sobre o resultado do certame, considerado todo aquele que participa, direta ou indiretamente, das etapas do processo de licitação, nos termos da Resolução de Consulta nº 05/2016 do TCE-MT.
Local e data
Assinatura do representante legal

() Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz*.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 146/2018

CPF: Carimbo de CNPJ da empresa:

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIENCIA DE FATOS IMPEDITIVOS



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-**NISTRAÇÃO**

P.M.	C.P.L	
	•	

Visto

(papel timbrado da empresa)

82			775558
Rua/Av Sr.(a) ro legislação regu cabíveis, a ine me licitatório 146/2018, na f	, portador do F , no uso de suas a uladora da matéria, a inf existência de fatos super na Prefeitura Municipal	RG tribuições legais, com ormar a qualquer tem venientes impeditivos de Primavera do Lo 20, do artigo 32, da	, sediada na , neste ato representada pelo e inscrito no CPF sob o numenprometendo-se nos termos da npo, sob pena das penalidades a habilitação para este certaeste – Pregão Eletrônico n º lei 8666/93 e alterações, deviticipante.
<		Local e data,	
	(assinatura e identific	WUV	pela empresa)
		F /	
Z3.	PDEGÃO E	LETRÔNICO Nº 146/2	2018
	5 7 PRIMA	LLINOMICO Nº 140/	ESTE JAST



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

C.P.L	
Fls. nº	

Visto		

REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E DECLARA-ÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (Lei Complementar nº123/2006)

	THE DE	TO METE	7
0	5/1/1	TYPE	0
	HT-Y-V	, portador (a) da	Carteira de Identi
dade R.G. nº	SSP/	_ e do CPF/MF nº	, re
presentante da e	empresa		, CNPJ/MF n
trônico Nº. 146/201	RTE, quando da sua partic l8 seja dado o tratamento os 42 a 45 da Lei Complem	diferenciado concedido	alidade Pregão Ele
	ainda, que não existe qual igo 3º da Lei Complementa		os previstos nos in
TIDÃO emitida pe	a d <mark>a referida condiç</mark> ão, ap la Junta Comercial para l <mark>de P</mark> equ <mark>eno Porte.</mark>		
<	Local e	data	
	Assinatura do representa RG		
(11)	CPI CNPJ/MF da		

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 146/2018 ANEXO VII

MODELO RECIBO RETIRADA EDITAL

Quando da retirada do Edital enviar recibo, COM TODOS OS CAMPOS COMPLETA-



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

C.P.L
Fls. nº

Visto

MENTE PREENCHIDOS, NÃO MANUSCRITO, OU SEJA, DIGITADO OU DATILOGRA-FADO, via e-mail: licita3@pva.mt.gov.br, para cadastro no sistema de gestão pública, utilizado pelo município, envio de informações sobre os fornecedores ao sistema APLIC do TCE e eventuais informações aos interessados, quando necessário.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 146/2018
PROCESSO Nº 1791/2018

viços continu meios fios e do destino fin	ados de conse sarjetas, capin	rvação da ár ação química s da limpeza	ea verde, varr e manual, red	ição, raspa colhimento	agem, limpeza, c de galhos e enti	a para prestação de ser- onservação e pintura de ulhos, operacionalização urbano, serviço de mon-
Razão Socia	l:	- 5				
Nome Fanta	sia:		7.00			7
Ramo Ativid	ade:		The state of			
Natureza Jui	rídica: [] <mark>Ltd</mark> a	[] Individua	al [] SA [] Ou	tras		
[] Não enqu	ıadrada <mark>como</mark>	ME ou EPP	1000			
[] Micro Em	presa [] <mark>Em</mark> p	re <mark>sa P</mark> equei	no Porte [] O	ptante pe	l <mark>o Simples</mark>	
CNPJ nº:	. 91	lr	sc. Estadual	nº:	et - The	700
Valor Capita	l Social:		12. 14			81 2.8/
Sócio:		Cpf:	Da	ata de Reg	gistro na Junta:	_ /
Sócio:		Cpf:	Da	ata de Reç	gistro na Junta:	
Sócio:		Cpf:	Da	<mark>ata de</mark> Reg	gi <mark>stro na Junta:</mark>	
Endereço: Bairro: Cidade:			Estado		CEP:	
Fone:	Fax:	7877	E-mail	/		Data:
	View	THE CLASS		/		
Nome do Re	sponsável pa	a contato:	/		Rubrica	/

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 146/2018

ANEXO VIII

1986



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

P.M.	PVA	DO	LES'	ΤE
	C	PΙ		

Fls. nº_____

Visto _____

MODELO DE ATESTADO (OU DECLARAÇÃO) DE CAPACIDADE TÉCNICA

15	JERON BARROWS
	Atestamos (ou declaramos) que a empresa
estabelecida no	J (MF) nº, inscrição estadual nº (a), executa (ou executou) serviços de
———————	para este órgão (ou para esta empresa).
empresa foram	Atestamos (ou declaramos), ainda, que os compromissos assumidos pela cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que crcial ou tecnicamente.
\leq	Local e data
1	Assinatura e carimbo do emissor
Observação:	
Este atestado empresa) emi	(ou declaração) deverá ser emitido em papel que identifique o órgão (ou ssor.
1	1
73.0	SYPP -CTE 1986
	PRIMAVERA DO LESTE



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

	C.P.L
Fls. nº_	
Visto_	

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 146/2018

ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO
TERMO DE CONTRATO N.º/2018 QU ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PRIMA VERA DO LESTE, POR INTERMÉDIO DA SECRE TARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO D INDÚSTRIA, COMÉRCIO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, E PARA A PRESTAÇÃO D SERVIÇOS DE
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DO LESTE, Inscrito no CGC/MF sob n.º 01.974.088/0001-05, Pessoa Jurídica de direito público, situada à Rua Maringá, n 444, Centro, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Indústria Comércio, Agricultura e Meio Ambiente, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. LEONARDO TADEU BORTOLIN, portador do RG n° XXXXXXXXX SSP/XX e CP n° XXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA:, inscrito no CNPJ (MF) sob o n
, estabelecida [inserir endereço completo], representada pelo seu [insericargo], Senhor(a) [inserir nome completo], portador(a) da Cédula de Identidade n [inserir número e órgão expedidor/unidade da federação] e CPF (MF) n , de acordo com a representação legal que lhe é outorgada po [procuração/contrato social/estatuto social].
As CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no Processo n.º 1791/2018 (P <mark>regão Eletrônic</mark> o N° 146/2018), mediante as cláusulas e condições que se seguem:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 O presente contrato tem como objeto o Registro de preço para futura e eventual cor tratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de conservação dárea verde, varrição, raspagem, limpeza, conservação e pintura de meios fios e sarjetas capinação química e manual, recolhimento de galhos e entulhos, operacionalização d destino final dos resíduos da limpeza urbana em toda a extensão do perímetro urbano serviço de montagem e desmontagem de tendas.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
2.1 . O valor total deste contrato é de R\$().
CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS
3.1. A despesa orçamentária da execução deste contrato correrá à conta da Natureza d Despesa, da Atividade, conforme Nota de Empenho n , de / / .
,



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

	C.P.L
Fls. nº_	
Visto	

P.M. PVA DO LESTE

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

4.1. A execução contratual terá início a partir da solicitação da secretaria/ setor solicitante.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

- **5.1.** O período de vigência do contrato será de **06 (seis) meses**, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante apostilamento, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:
 - **5.2.1.** Prestação regular dos serviços;
 - **5.2.2.** Não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais, exceto quanto a penalidades aplicadas por atraso na entrega da garantia;
 - **5.2.3.** Manutenção do interesse pela Administração na realização do serviço;
 - **5.2.4.** Manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração;
 - **5.2.5.** Concordância expressa da CONTRATADA pela prorrogação.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- **6.1.** A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data que a CONTRATADA recebeu a sua via do contrato assinada, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- **6.2.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
 - 6.2.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
 - 6.2.2. Multas punitivas aplicadas pela FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA;
 - **6.2.3.** Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - **6.2.4.** Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.
- **6.3.** No caso de a CONTRATADA optar pelo seguro-garantia, poderá decidir-se por uma das seguintes alternativas:
 - 6.3.1. Apresentar seguro-garantia para os riscos elencados nos subitens 2.1 a 2.4 do item 2 acima, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, na modalidade "Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço" com cláusula específica indicando a cobertura adicional de obrigações previdenciárias e/ou trabalhistas não honradas pela CONTRATADA; ou
 - **6.3.2.** Apresentar seguro-garantia, modalidade "Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço" para cobertura dos subitens 2.1 a 2.3 do item 2 acima, complementada com a garantia adicional da modalidade "Seguro-Garantia de Ações Trabalhistas e Previdenciárias" para o subitem 2.4 do



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

P.M. PVA DO LESTE
C.P.L

Fls. nº_____

Visto _____

item 2 acima, correspondentes a 1% (um por cento) e 4% (quatro por cento), respectivamente, do valor atualizado do contrato.

- **6.4.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta específica indicada pela Secretaria de Fazenda do Município, com correção monetária, em favor do Município de Primavera do Leste MT.
- **6.5.** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).
- **6.6.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.
 - **6.6.1.** O bloqueio efetuado com base no item 7 desta cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.
 - **6.6.2.** A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no item 7 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
 - **6.6.3.** O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.
- **6.7.** O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.
- **6.8.** Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a FISCA-LIZAÇÃO do contrato deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à CONTRATADA bem como as decisões finais de 1ª e última instância administrativa.
- **6.9.** O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Município de Primavera do Leste com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
- **6.10.** Será considerada extinta a garantia:
 - 6.10.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
 - **6.10.2.** Com a extinção do contrato.
- **6.11.** Isenção de responsabilidade da garantia:
 - **6.11.1.** O Município de Primavera do Leste não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
 - 6.11.1.1. Caso fortuito ou força maior;
 - **6.11.1.2.** Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
 - **6.11.1.3.** Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

	C.P.L
Fls. nº	
Visto	

P.M. PVA DO LESTE

- **6.11.1.4.** Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.
- **6.11.2.** Caberá à própria administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nos itens 6.11.1.3 e 6.11.1.4 desta cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo Município de Primavera do Leste.
- **6.12.** Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pela CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora, no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de vigência do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DAS PARTES

7.1. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. A CONTRATADA deve:

- **7.2.1.** Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-la na execução do contrato;
 - 7.2.1.1. O preposto, aceito pela FISCALIZAÇÃO, deverá ser indicado mediante declaração. Na declaração deverá constar o nome completo, n. do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.
 - 7.2.1.2. O preposto deverá se apresentar à respectiva unidade fiscalizadora em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, para firmar, juntamente com os servidores designados para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação de postos e execução do contrato relativos à sua competência.
 - **7.2.1.3.** O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.
 - 7.2.1.4. A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.
- **7.2.2.** Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- 7.2.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 7.2.4. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 7.2.5. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno da CONTRATAN-TE, inclusive no que se referir ao acesso às dependências onde serão executados os serviços;
- **7.2.6.** Responder, nos prazos legais, em relação aos seus empregados, por todas



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

	C.P.L
Fls. nº	

Visto

P.M. PVA DO LESTE

as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale refeição, vale transporte, uniformes, crachás e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

- **7.2.7.** Comunicar à Administração da CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- **7.2.8.** Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;
- **7.2.9.** Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto deste contrato;
- **7.2.10.** Refazer os serviços que, a juízo do representante da CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;
- **7.2.11.** Manter seus empregados sob as normas disciplinares da CONTRATANTE, substituindo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer que seja considerado inconveniente pelo representante da CONTRATANTE;
- 7.2.12. Recrutar, selecionar e encaminhar à CONTRATANTE os empregados necessários à realização dos serviços, de acordo com a qualificação mínima exigida;
- 7.2.13. Os serviços deverão ser executados por caminhão coletor, dentro dos padrões técnicos estabelecidos por lei;
- 7.2.14. Treinar seus empregados quanto aos princípios básicos de postura no ambiente de trabalho, tratamento de informações recebidas e manutenção de sigilo, comportamento perante situações de risco e atitudes para evitar atritos com servidores, colaboradores e visitantes do Tribunal;
- 7.2.15. A PRESTADORA DE SERVIÇOS deverá disponibilizar e manter quantitativo de pessoal compatível com as necessidades dos serviços quando autorizados;
- **7.2.16.** Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a FISCALIZAÇÃO do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados;
- 7.2.17. Coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;
- 7.2.18. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;
- **7.2.19.** Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto;
- **7.2.20.** Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios;
- **7.2.21.** Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo à CONTRATANTE o acesso ao controle de frequência;



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

P.M. PVA DO LESTE
C.P.L

	 •••			

Fle n0

Visto			

- 7.2.22. O destino final do lixo coletado deverá atender integralmente as posturas estaduais e municipais, sendo de total responsabilidade da contratada, qualquer ato, atitude ou ação cometida ou tomada pela mesma, diferente deste item estabelecido:
- **7.2.23.** Solicitar à Administração da CONTRATANTE autorização formal para retirada de quaisquer equipamentos, pertencentes à CONTRATADA, que tenha levado para o local de execução do serviço;
- 7.2.24. Os serviços considerados como esporádicos e/ou eventuais, serão efetuados de acordo com as necessidades da contratante, dentro dos dias, horários e padrões, previamente estabelecidos pela contratante em de acordo com a contratada;
- 7.2.25. Manter sede, filial ou escritório na cidade ou região metropolitana onde serão prestados os serviços com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos empregados.
 - 7.2.25.1. A CONTRATADA deverá comprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, o cumprimento desta obrigação;
- 7.2.26. Tomar providências para que todos os empregados, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, possuam cartão cidadão ou outro cartão equivalente, que possibilite consulta e recebimento de benefícios sociais, expedido por órgão/entidade federal responsável;
- **7.2.27.** Providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, junto ao INSS, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias pela internet;
- 7.2.28. Efetuar o pagamento de salários e demais verbas em agência bancária localizada na mesma cidade ou região metropolitana em que o empregado presta serviços;
- **7.2.29.** Pagar os salários de seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas;
- 7.2.30. Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, devendo saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- 7.2.31. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
- **7.2.32.** Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- 7.2.33. A Contratada deverá apresentar mensalmente ao Fiscal de Contrato, do-



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

	C.P.L
Fls. nº_	

P.M. PVA DO LESTE

Visto _____

cumentos que atestem a regularidade das verbas trabalhistas (salários, décimo terceiro, etc) CTPS, EPI (Equipamento de proteção individual, quando necessário para realização da atividade), sob pena de não pagamento da execução dos serviços.

- 7.2.34. Iniciar as demandas de execução de cada etapa dos serviços, a partir da solicitação da secretaria/ setor solicitante no máximo em 24 horas ou em caso de urgência/ emergência no ato da solicitação;
- **7.3.** A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato.
- **7.4.** Caso a CONTRATADA não honre com os encargos trabalhistas e previdenciários concernentes a este contrato, fica a CONTRATANTE autorizada a deduzir das faturas devidas os valores referentes aos salários, auxílios e eventuais direitos trabalhistas.
- **7.5.** Caso solicitado previamente pela CONTRATANTE, e desde que haja acordo individual escrito ou o instrumento coletivo permita, a CONTRATADA deverá executar os serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, podendo, nesse caso, haver compensação entre a carga horária semanal estabelecida e aquela prevista na convenção ou acordo coletivo de trabalho da categoria envolvida.
- 7.6. São expressamente vedadas à CONTRATADA:
 - **7.6.1.** A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;
 - **7.6.2.** A subcontratação para a execução do objeto deste contrato;
 - **7.6.3.** A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRA-TANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato.
 - 7.6.4. A Contratada deverá apresentar mensalmente ao Fiscal de Contrato, documentos que atestem a regularidade das verbas trabalhistas (salários, décimo terceiro, etc) CTPS, EPI (Equipamento de proteção individual, quando necessário para realização da atividade), sob pena de não pagamento da execução dos serviços.

7.7. A CONTRATANTE deve:

- 7.7.1. Expedir a ordem de serviço;
- **7.7.2.** Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA;
- 7.7.3. Promover a alocação inicial dos postos de trabalho e devidos ajustes;
- **7.7.4.** Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- **7.7.5.** Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nas especificações técnicas e nas atribuições, solicitando à CONTRATADA as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

	C.P.L
Fls. nº	
Visto	

P.M. PVA DO LESTE

- 7.7.6. Colocar à disposição dos empregados da CONTRATADA local para a guarda de uniforme e outros pertences necessários ao bom desempenho dos servicos;
- 7.7.7. Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas pela CONTRATADA todas as formalidades e exigências do contrato;
- 7.7.8. Exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados para esse fim;
- **7.7.9.** Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- **8.1.** Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor da CONTRATANTE designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.
- **8.2.** A atestação de conformidade do fornecimento do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABA-LHISTA E PREVIDENCIÁRIA

- **9.1.** Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a CONTRATADA deverá entregar à FISCALIZAÇÃO do Município de Primavera do Leste, a documentação a seguir relacionada:
- **9.2. Mensalmente**, acompanhando a Nota Fiscal/Fatura referente ao serviço prestado, no setor responsável pela fiscalização do contrato, cópias dos seguintes documentos:
 - a) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social CND;
 - b) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;
 - c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União:
 - d) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA; e
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- **9.3.** Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" do subitem anterior poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por cópia válida e atualizada do CRC.

9.4. Documentação adicional:

- **9.4.1.** No prazo de 15 (quinze) dias, caso solicitado pelo fiscal do contrato:
- **a)** Extratos de Informações Previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço FGTS de seus empregados, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade previdenciária e fiscal da CONTRATADA;
- b) Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o Órgão ou Unidade CONTRATANTE;



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

P.M. PVA DO	LE21E
C.P.L	
O.I .L	

Fls. n^o_____

Visto _____

cópia do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) de qualquer mês da prestação dos serviços ou ainda dos respectivos comprovantes de depósitos bancários;

- c) Os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, auxílio alimentação, etc.), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
- d) Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem previstos em lei;
- e) Outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA.

9.5. Documentação obrigatória para o início e o término da execução contratual, ou em caso de admissão/demissão de empregados:

- **9.5.1.** No primeiro mês da prestação dos serviços:
- a) Até 1 (um) dia útil antes do início dos trabalhos, relação nominal dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, RG e CPF;
 - i) Qualquer alteração referente a esta relação deverá ser imediatamente comunicada à FISCALIZAÇÃO.
- b) Até 15 (quinze) dias após o início da prestação dos serviços, ou após a admissão de novos empregados, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais da CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, devidamente assinadas, e dos exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA.
- **9.5.2.** Até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), em relação aos empregados que foram demitidos, ou após a demissão de qualquer empregado durante a execução do contrato, apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:
- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- **b)** Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- **c)** Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido.

9.6. Recebimento da documentação

- **9.6.1.** Recebida a documentação mencionada na Cláusula Nona DA DOCU-MENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA, a FISCALIZAÇÃO do contrato deverá apor a data de entrega ao MUNICÍPIO e assiná-la.
- **9.6.2.** Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, contado a partir



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

	C.P.L
Fls. nº_	

Visto

P.M. PVA DO LESTE

do recebimento de diligência da FISCALIZAÇÃO, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente.

- **9.6.3.** Os documentos poderão ser entregues em cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas de originais para conferência no local de recebimento.
- **9.6.4.** As inconsistências ou dúvidas verificadas na documentação entregue terão o prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, contados a partir do recebimento da diligência pela CONTRATADA, para serem formal e documentalmente esclarecidas.
- **9.6.5.** Recebida a documentação, o fiscal do contrato deverá apor a data de entrega no MUNICÍPIO e assiná-la.
- **9.6.6.** O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicarão rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS REAJUSTES DE PREÇOS

- 11.1. É vedado reajustes de preços no período de vigência deste Instrumento.
 - 11.1.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do Contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, mediante demonstração por meio de planilha de formação de preços, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.
- **11.2.** Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 06 (seis) meses da vigência do Contrato, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do IGPM/FGV do mês do aniversário do instrumento, o reajuste pleiteado, que passarão por análise de servidores designados pelo Município de Primavera do Leste.
- **11.3.**Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação.
- **11.4.** Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao Contratado, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado.
- **11.5.** Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

	C.P.L
Fls. nº_	

Visto

P.M. PVA DO LESTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

- **12.1.** O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:
- a) Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;
- **b)** Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;
- d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;
- **12.2.** Ocorrendo a rescisão contratual, o contratado será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo;
- **12.3.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação;
- **12.4.** A solicitação do contratado para rescisão contratual poderá não ser aceita pelo MU-NICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento;
- **12.5.** Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades do contratado, relativas ao fornecimento dos materiais e prestação de serviços;
- **12.6.** Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato ao seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULA-ÇÃO DO CONTRATO

13.1.O presente contrato fundamenta-se nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993 e vincula - se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico n.º 146/2018, constante do processo 1791/2018, bem como à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

- **14.1.** A CONTRATADA deverá entregar até o dia 20 do mês subsequente ao da prestação do serviço, à FISCALIZAÇÃO, nota fiscal/fatura dos serviços, emitida em 1 (uma) via, para fins de liquidação e pagamento, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária no prazo estabelecido no art. 31 da Lei 8.212, de 1991 e alterações posteriores;
- **14.2.** A atestação da nota fiscal/fatura correspondente à prestação do serviço caberá ao fiscal do contrato ou a outro servidor designado para esse fim;
- **14.3.** No caso de as notas fiscais/faturas serem emitidas e entregues à CONTRATANTE em data posterior à indicada no item 1 desta Cláusula, será imputado à CONTRATADA o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes;
- 14.4. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias úteis, con-



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

	C.P.L
Fls. n	0

Visto

P.M. PVA DO LESTE

tados da protocolização da nota fiscal/fatura e dos documentos relacionados na Cláusula Nona – DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA;

- **14.5.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA:
- **14.6.** A CONTRATADA deverá, durante toda a execução do contrato, manter atualizada a vigência da garantia contratual;
- **14.7.** À CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações do contrato;
- **14.8.** A CONTRATANTE está autorizada a realizar os pagamentos de salários diretamente aos empregados, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem honrados pelas empresas;
- **14.9.** A não apresentação da documentação de que trata a Cláusula Nona DA DOCU-MENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA nos prazos especificados, ou o não atendimento de regularização no prazo de 30 (trinta) dias contado da data de solicitação pela fiscalização, poderá ensejar a rescisão do contrato, e quaisquer valores retidos somente serão pagos após a comprovação de que os encargos trabalhistas, previdenciários e demais tributos encontram-se em dia;
- **14.10.** Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos e quando das prorrogações contratuais.
- **14.11.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA caso exista pendência quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
 - **14.11.1.** O descumprimento, pela CONTRATADA, do estabelecido no item 14.11 desta Cláusula não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.
- **14.12.** A CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.
- **14.13.** No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
 - **14.13.1.** O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS RETENÇÕES DE IMPOSTOS E CONTRIBUI-ÇÕES FONTE

WAVERA



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

C.P.L
Fls. nº

Visto

P.M. PVA DO LESTE

- **15.1.**Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:
 - **15.1.1.** Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido CSLL, da contribuição para seguridade social COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações;
 - **15.1.2.** Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social INSS, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações;
 - **15.1.3.** Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, c/c a legislação Distrital ou municipal em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES

- **16.1.**Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com o Município e será descredenciada do CRC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:
 - 16.1.1. Apresentar documentação falsa;
 - **16.1.2.** Fraudar a execução do contrato;
 - **16.1.3.** Comportar-se de modo inidôneo;
 - **16.1.4.** Cometer fraude fiscal; ou
 - **16.1.5.** Fizer declaração falsa.
- **16.2.** Para os fins do item 1.3 acima, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.
- **16.3.** Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens "4" e "6", e nas tabelas 2 e 3 abaixo, com as seguintes penalidades:
 - 16.3.1. Advertência;
 - **16.3.2.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Município de Primavera do Leste, por prazo não superior a dois anos;
 - **16.3.3.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

P.M. PVA DO LESTE C.P.L
Fls. nº

Visto

- **16.3.4.** Impedimento de licitar e contratar com o Município e descredenciamento no CRC, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.
- **16.4.** No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- 16.5. Configurar-se-á o retardamento da execução quando a CONTRATADA:
 - **16.5.1.** Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias contados da data da ordem de serviço;
 - **16.5.2.** Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.
- **16.6.** No caso do cometimento das infrações elencadas nos subitens "16.5.1" e "16.5.2" acima, a CONTRATADA poderá ser sancionada com multa de até 5% (cinco por cento) do contrato.
- **16.7.** A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela 3 do item 8, respeitada a graduação de infrações conforme a tabela 1 deste item, e alcançar o total de 20 pontos, cumulativamente.

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO	
1	2	
2	3	
3	4	
4	5	
5	8	
6	10	

16.8. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração poderá aplicar multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA* % do valor anual do Contrato		
1	0,1%		
2	0,2%		
3	0,3%		
4	0,5%		
5	1%		
6	2%		

Tabela 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por empregado e por ocorrência
2	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

P.M. PVA DO LESTE C.P.L

Fls. nº_____

Visto _____

3	Executar serviço incompleto, de baixa qualidade, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
4	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material;	2	Por ocorrência
5	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	5	Por dia e por posto
6	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
7	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
8	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZA- ÇÃO, sem motivo justificado;	5	Por ocorrência
a	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
10	Retirar das dependências do TCU quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável.	1	Por item e por ocor- rência
11	Retirar empregados ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	4	Por empregado e por ocorrência
	PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE :	70	
	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontuali- dade de seu pessoal.	1	Por empregado e por dia
13	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	11	Por empregado e por dia
	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocor- rência
	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por dia de ocorrên- cia e por posto
	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus empregados.	1	Por ocorrência
	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
18	Efetuar a reposição de empregados faltosos.	2	Por empregado e ocorrência
19	Efetuar o pagamento de salários, vales transporte, vales refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, como recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	6	Por mês de ocor- rência do não pa- gamento de quais- quer dos benefícios.
20	Entregar o uniforme aos empregados na periodicidade definida neste edital.	1	Por empregado e por dia de atraso.
21	Manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade local de prestação dos serviços.	1	Por ocorrência e por dia
22	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
23	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local da prestação dos serviços ou em outro definido pela Administração.	1	Por ocorrência e por empregado
24	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documenta- ção exigida na Cláusula Nona – DA DOCUMENTAÇÃO FIS- CAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA deste documento.	OTE	Por ocorrência e por dia
25	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato	2	Por ocorrência e por dia
	Manter em estoque equipamentos discriminados em contrato,	2	Por item e por dia



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

C.P.L
Fls. nº
Visto

	para uso diário.		de indisponibilidade.
27	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados	2	Por empregado e por dia de indisponibilidade do EPI.
28	Impor penalidades, em no máximo 15 dias da ocorrência, aos empregados que se negarem a utilizar EPIs.	2	Por empregado e por ocorrência.
29	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocor- rência
30	Substituir os equipamentos que apresentarem defeitos e/ou apresentarem rendimento insatisfatório em até 48 horas, contadas da comunicação da CONTRATANTE.	2	Por equipamento e dia de atraso

- 16.9. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.
 - **16.9.1.** Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.
 - **16.9.2.** Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
 - **16.9.3.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
 - **16.9.4.** Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.
- **16.10.** O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

73.05

- **17.1.** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de Primavera do Leste MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.
- **17.2.** E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Primavera do Leste - MT, em [data].

1986



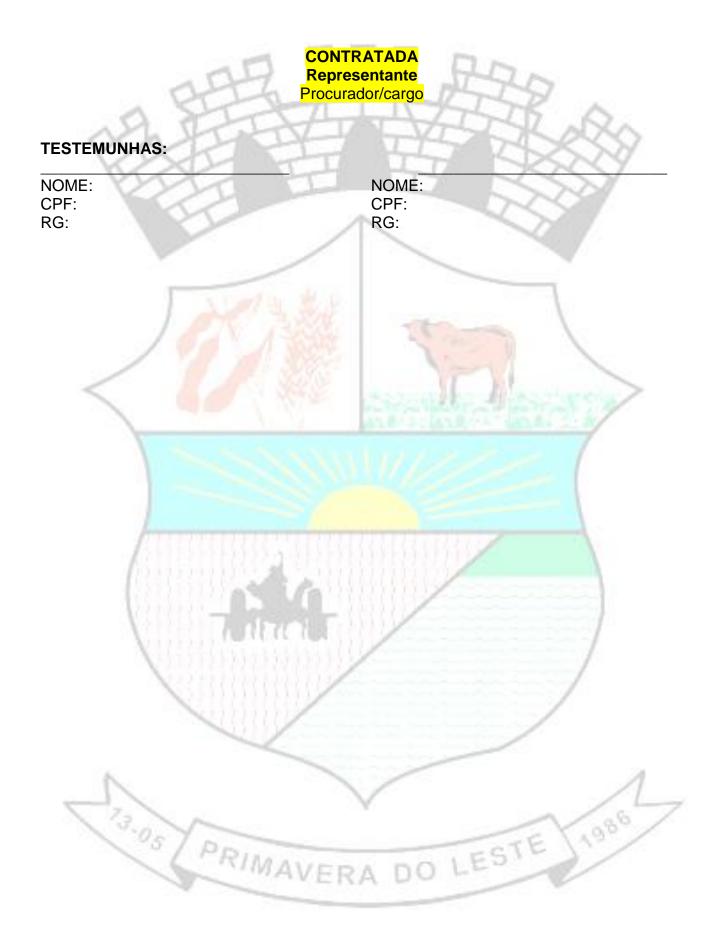


SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

P.M. PVA DO LESTE C.P.L

Fls. nº_____

Visto _____





SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

C.	.P.L
Fls. nº	

Visto

P.M. PVA DO LESTE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2018 ANEXO X

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 000/2018 VALIDADE 06 (SEIS) MESES

and the same of th
Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DO LESTE, por inter-
médio das Secretarias xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
nicipal, Sr. xxxxxxxxx, portador de CPF nº: xxxxxxxxxx e RG: xxxxxxxxx, residente e do-
miciliado nesta cidade de Primavera do Leste - MT doravante denominado GERENCIA-
DOR, RESOLVE registrar os preços da empresa, (qualificação completa),
de acordo com a classificação por ela alcançada no certame em epígrafe, atendendo as
condições previstas no Edital do Pregão Presencial nº 146/2018 e nesta Ata de Registro
de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei
8.666/93 e suas alterações, no que couber ao Decreto Estadual nº 7.217/2006, e em con-
formidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

- 1.1. Este instrumento tem por objeto Registro de preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de conservação da área verde, varrição, raspagem, limpeza, conservação e pintura de meios fios e sarjetas, capinação química e manual, recolhimento de galhos e entulhos, operacionalização do destino final dos resíduos da limpeza urbana em toda a extensão do perímetro urbano, serviço de montagem e desmontagem de tendas, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.
- 1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexa ao edital do Pregão Presencial nº 146/2018, parte integrante desta ARP, elaborado pela Central de Compras desta Prefeitura.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Especificação	Unid.	Valor Unitário (R\$)	Total Mensal (R\$)	Total Anual (R\$)
				Contract of the Contract of th	
					1

3. VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **06 (seis) meses**, a partir da assinatura, conforme art. 12 do Decreto nº 7.892/13.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-**NISTRAÇÃO**

	C.P.L
Fls. nº_	
Visto	

P.M. PVA DO LESTE

4. REVISÃO E CANCELAMENTO

- 4.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
- **4.2.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos precos praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 4.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 4.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- **4.5.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- **4.5.1.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- **4.5.2.** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- **4.7.** O registro do fornecedor será cancelado quando:
- **4.7.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- **4.7.2.** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 4.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- **4.7.4.** Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- **4.8.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- **4.9.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 4.9.1. Por razão de interesse público; ou
- MAVERA DO LESTE 4.9.2. A pedido do fornecedor.

5. CONDIÇÕES GERAIS

5.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimen-

1986



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMI-NISTRAÇÃO

P.M.	PVA	DO	LESTE
	C.	P.L	

Fls. nº____

Visto _____

to do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

- **5.2.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- **5.3.** A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

	Primavera do Leste - MT,	de	de 2018.
		The	
	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx		
1	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		
/			
Testemunhas:			
\	Hill Lines Bill	/	
			_/
1.			1
73.05	1 Pr		TE 1986
	PRIMAVERA	DO LES	-